

revista

OVELHA

N.º 71 | out 2019 | Ano XXXII | Preço ~~2,50~~ 2,00 Euros | ISSN 0805356 | Quadrimestral

"Agricultura Con(s) CIÊNCIA" é o mote da 37ª Ovideja, a realizar de 29 de Abril a 3 de Maio de 2020, e para a qual já estão a ser desenvolvidas ações que abordem a questão da eficiência na gestão dos recursos.

Nos anos 50 a produção de azeite em Portugal ultrapassou as 120 mil toneladas, decrescendo para valores inferiores a 30 mil toneladas no início do século XXI. Hoje a produção situa-se nas 130 mil toneladas.

AZEITE: O OURO DA TERRA



ACOS LAB3

LABORATÓRIO DE QUÍMICA DA ACOS

ANÁLISES À AZEITONA, AO AZEITE E AO BAGAÇO

O LABORATÓRIO DE QUÍMICA DA ACOS RECEBE AMOSTRAS DE PRODUTORES E DE LAGARES DE COOPERATIVAS OU DE EMPRESAS PARA:



DETERMINAR O **MOMENTO IDEAL PARA A COLHEITA DE AZEITONA**



AVALIAR E MONITORIZAR O **RENDIMENTO E A QUALIDADE (ACIDEZ) DAS AZEITONAS** AO LONGO DA CAMPANHA



DETERMINAR A **ACIDEZ DO AZEITE EXTRAÍDO PARA A PREPARAÇÃO DOS LOTES - MÉTODOS RÁPIDOS**



DETERMINAR A **QUALIDADE E A PUREZA DO AZEITE PRODUZIDO**



DETERMINAR AS **PERDAS DE AZEITE NO BAGAÇO E O SEU TEOR EM CAROÇO**



FAZER ANÁLISES PARA **CALIBRAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MÉTODOS RÁPIDOS (NIR)**



CONTACTOS

Rua Cidade S. Paulo, nº 36
Apart. 296 7801-904 Beja
Telf. +351 284 249 011 | +351 284 310 350
E-mail: laboratorio@acos.pt



ACOS AGRICULTORES
DO SUL



ACOS LAB3

LABORATÓRIO VETERINÁRIO DA ACOS

O LABORATÓRIO VETERINÁRIO ESTÁ PREPARADO PARA
DAR RESPOSTA A **SERVIÇOS OFICIAIS, MÉDICOS
VETERINÁRIOS E PRODUTORES** NO ÂMBITO DE:



CONTROLOS OFICIAIS DE SAÚDE ANIMAL

(PROGRAMAS DE ERRADICAÇÃO OU CONTROLOS
OBRIGATÓRIOS DE DOENÇAS, COMO A BRUCELOSE
E A DOENÇA DE AUJESZKY)



ANÁLISES PARA EXPORTAÇÕES DE ANIMAIS VIVOS



PROGRAMAS VOLUNTÁRIOS DE SAÚDE ANIMAL

(BOVICARE – IBR E BVD)



APOIO AO DIAGNÓSTICO CLÍNICO



AVALIAÇÃO DO GRAU DE ELIMINAÇÃO DE OVOS DE PARASITAS
ATRAVÉS DE **ANÁLISES COPROLÓGICAS (FEZES) AOS ANIMAIS**
(DECISÃO SOBRE TRATAMENTOS DESPARASITANTES)



CONTROLO DE QUALIDADE DE LEITE

CONTACTOS

Rua Cidade S. Paulo, nº 36

Apart. 296 7801-904 Beja

Telf. +351 284 310 360 | +351 284 310 350

E-mail: laboratorio@acos.pt



ACOS
AGRICULTORES
DO SUL



O ouro da terra

Nesta edição da Revista Ovelha um dos nossos destaques é o azeite: o ouro da terra.

A sua preciosidade, enaltecida ao longo da história da humanidade, é tão virtuosa quanto os rituais com que nos alimentamos. Porque, a alimentação humana é um ato biológico, social e emocional. Tendo em conta que a soberania alimentar é um desígnio de qualquer nacionalidade, a produção de alimentos, da responsabilidade dos agricultores, além de uma profissão, é um ato de cidadania, cujo papel deverá ser devidamente reconhecido.

Enquanto cidadãos, não podemos ceder à tentação de usarmos o que comemos, e o que produzimos para comer, como arma de arremesso em nome de lobbies e de campanhas de desinformação.

Nunca antes constatámos um tão acérrimo ataque à agricultura e aos agricultores. Uma das leituras possíveis, e que estamos a procurar trabalhar, é a falta de comunicação entre o campo e a cidade. Só assim conseguimos explicar a tão preocupante falta de informação sobre o papel da agricultura e dos agricultores na dinamização das zonas de interior, na prevenção dos processos de despovoamento e de desertificação, na proteção de biodiversidade e na mitigação às alterações climáticas, etc. etc.

Os fenómenos das alterações climáticas são uma problemática que nos convoca a todos. Os agricultores têm responsabilidades acrescidas. São afetados pelo fenómeno, têm que ter a capacidade para a ele se adaptarem e podem contribuir grandemente para a sua mitigação. Mas não com base em rumores. É preciso conhecer. Sustentar os nossos atos em premissas objetivas. Baseadas na ciência e na tecnologia.

É isso que a ACOS tem vindo a fazer e a demonstrar. Tendo como ponto de partida que ninguém é dono da verdade. Esta constrói-se com base num trabalho sério, articulado, partilhado. Com Consciência. Com recurso ao conhecimento científico.

Agricultura Con(s)CIÊNCIA é, precisamente, o tema que a ACOS vai apresentar na 37ª Ovíbeja. O processo é a procura da verdade científica. Da verdade tecnológica. Da responsabilidade e da ética.

A Agricultura é um setor que envolve diversas áreas de atividade com elevado grau de interligação entre si. Um país desenvolvido tem sempre que contar com um setor primário forte que decididamente contribua para a sua coesão territorial. A recente decisão do governo de repartir vários setores da agricultura por diversos ministérios causa-nos grande apreensão, principalmente devido aos grandes desafios que temos pela frente, como sejam as mudanças climáticas e as negociações da nova PAC, entre outros. Deveremos estar atentos.

Claudino Matos

Director Geral da ACOS

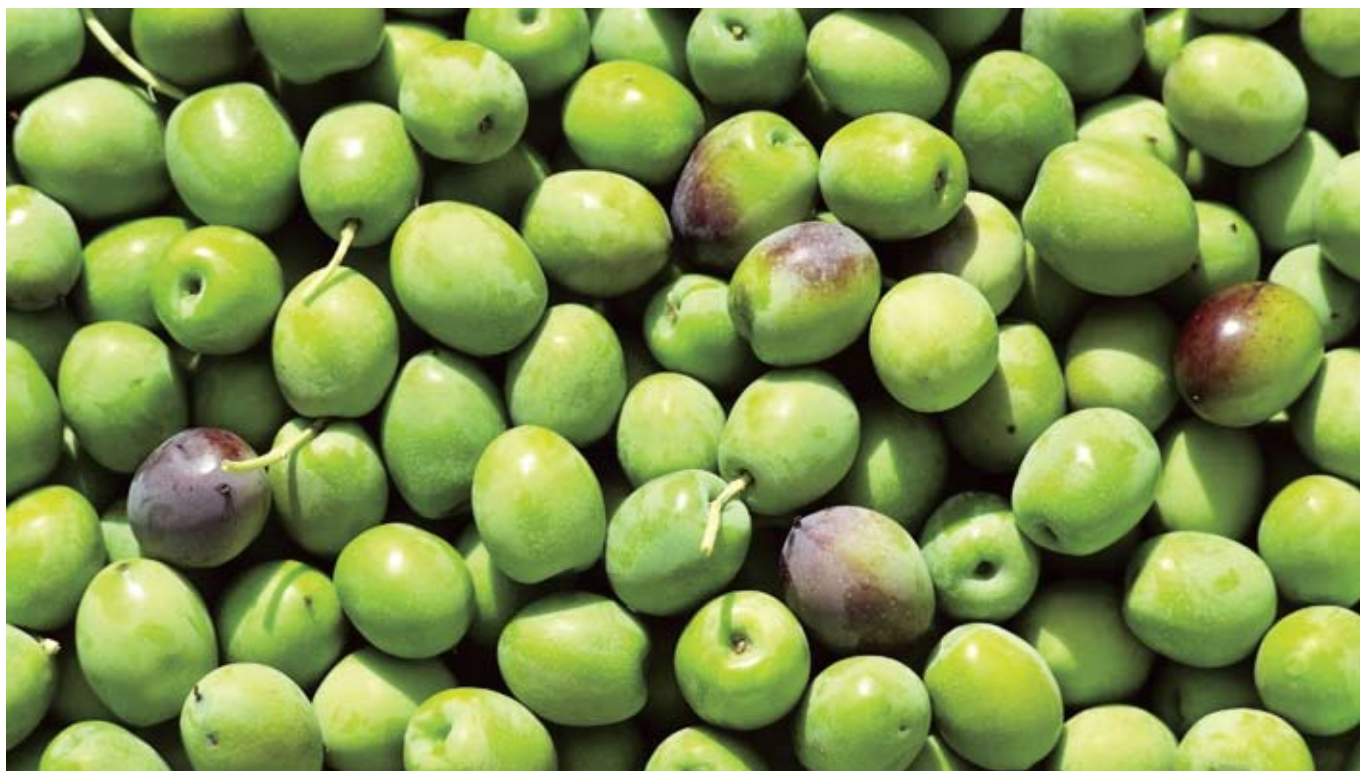
Estatuto Editorial A Revista OVELHA é uma publicação mantida pela ACOS – Agricultores do Sul, desde o primeiro momento da constituição desta associação. Publicada há mais de 30 anos, a Revista Ovelha cobre uma variedade de tópicos relacionados com a agricultura, a pecuária, as agroindústrias, o associativismo, as políticas agrícolas e o desenvolvimento rural incluindo ainda temáticas culturais e ligadas à sociedade civil. Inicialmente concebida como principal meio de informação para com os seus associados, a Revista OVELHA desde logo se diferenciou das demais, pelo nível técnico e científico dos conteúdos publicados, pelo seu posicionamento editorial e até pela sua identidade gráfica. Progressivamente, e refletindo o crescimento desta associação, a Revista OVELHA, continuando a dirigir a informação aos seus associados, passou também a ser a publicação oficial da OVÍBEJA, dando cobertura à programação do certame. A revista ampliou o âmbito editorial e, além da agricultura, passou a incluir temáticas ligadas à cultura e à sociedade civil. Distribuída pelos expositores e milhares de visitantes do certame, a revista viu aumentar a sua divulgação e notoriedade. A Revista OVELHA desde sempre contou com a colaboração permanente dos mais prestigiados investigadores e técnicos, divulgando as novidades e tendências do setor agrícola, através de artigos técnicos e científicos e colunas de opinião das mais diversas personalidades e instituições de diferentes quadrantes: político, empresarial, cultural e institucional. O seu posicionamento editorial pauta-se por uma postura atenta aos desafios e oportunidades da agricultura regional, nacional e internacional. Acompanha os grandes desenvolvimentos do setor e das políticas agrícolas, sempre com uma visão independente e crítica com o intuito de informar, lançar o debate, defender e reivindicar os interesses dos seus associados, parceiros e dos agricultores em geral.

Cofinanciado por



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020





ACOS

“Agricultura Con(s)CIÊNCIA”
é o mote da 37ª Ovibeja

6

Mais ovinos e maior quantidade
de lã tosquiada em 2019

7

Eugénio dos Anjos Fernando
Faleceu o vice-presidente da ACOS

7

Consumo de carne de vaca
FAABA reclama “ética e honestidade
intelectual” em defesa do setor
agrícola

8

Regadio de Alqueva
Agricultores criticam “desinformação”
sobre culturas intensivas

10

Apanha mecânica

Olivum recomenda aos agricultores
que “evitem a colheita nocturna
de azeitona”

12

Entidade Reconhecadora de
Regantes

Boas práticas ajudam a reduzir
o consumo de água na agricultura

14

Azeite

José Gouveia, Presidente do Júri
do Concurso Internacional de Azeites
Virgem Extra – Prémio CA Ovibeja

“Portugal é um dos países que
melhor produz azeite”

20

Entrevista com Helena Monteiro

Laboratório de Química da ACOS
alarga capacidade com novas
valências

26

Raças autóctones

Portugal carece de um Sistema
de Alerta Nacional sobre
os Recursos Genéticos Animais

30

Plataforma Alentejo

Juntos pelo Alentejo, por Portugal

32





acos

“Agricultura Con(s)CIÊNCIA” é o mote da 37ª Ovíbeja

Mais conhecimento, maior sustentabilidade

A defesa da sustentabilidade é um imperativo da ACOS – Associação de Agricultores do Sul – que procura unir esforços com diferentes áreas do saber e setores de atividade de modo a que se consigam obter resultados mais consistentes.

Prova do trabalho e empenho da ACOS em defesa do ambiente e da biodiversidade, é o grande contributo que a ACOS está a preparar para mais uma edição da Ovíbeja. “Agricultura Con(s)CIÊNCIA” é o mote da 37ª Ovíbeja, a realizar de 29 de Abril a 3 de Maio de 2020, e para a qual já estão a ser desenvolvidas ações que abordem a questão da eficiência que remete para a sustentabilidade e para o conhecimento com base na ciência.

A ACOS promoveu ainda na edição de 2019 da Ovíbeja um seminário que reuniu alguns dos mais conceituados especialistas nacionais e internacionais, para discussão e reflexão, como tema principal, dos impactos das alterações climáticas, as suas consequências para a agricultura e o papel dos agricultores como guardiões da biodiversidade. Com a certeza de que “não há agricultura sem homens nem homens sem agricultura”, os homens da terra são o grupo profissional que está na linha da frente para a tomada de medidas que permitam continuar a produzir alimentos e a desenvolver e dinamizar o espaço rural de forma sustentável. Investigadores, agrónomos, geógrafos, estudantes, agricultores e muitos outros especialistas refletiram em conjunto sobre o papel da agricultura para a mitigação ou reversão das alterações climáticas.

A ACOS co-organizou também um Congresso Ibérico sobre Pecuária Extensiva no qual uma das mais importantes linhas de abordagem se centrou no importante papel da pecuária em extensivo, o pastoreio, as pastagens e as dinâmicas de povoamento rural contra os efeitos adversos das alterações



climáticas.

Ciente de que há um longo caminho a percorrer na procura das melhores práticas “amigas” do ambiente, a ACOS criou ainda este ano um novo serviço, com um cariz mais pedagógico e com ligação à investigação científica. O Projeto ACOS+ Natureza e Equilíbrio é um espaço de sensibilização, de partilha e de conhecimento, dirigido a toda a comunidade. Tem como objetivo informar e sensibilizar acerca de temas relacionados com Vida Saudável, Agricultura, Agropecuária, Desenvolvimento Sustentável e Biodiversidade.

Em colaboração com o Agroturismo Xistos, está neste momento a preparar, junto da comunidade, o Projeto “(Re) florestar”, com o propósito de promover e valorizar os ecossistemas florestais.

Embora estejam a ser tomadas medidas, é preciso ir mais longe. Entre outras, importa aumentar o uso de tecnologias de precisão, preencher lacunas de conhecimento sobre o impacto das alterações climáticas na agricultura, como forma de a tornar mais sustentável e minimizar desperdícios.

A ACOS salienta que, no rol de vozes a favor de um planeta mais saudável, há ambientalistas e ambientalistas. Os agricultores, que desenvolvem a sua atividade a céu aberto na produção de alimentos para todos, são os principais interessados na defesa do ambiente e são os principais agentes da defesa e proteção da biodiversidade.

Os agricultores defendem, por isso, a adoção de políticas ativas, nacionais e comunitárias, em defesa da agricultura e do mundo rural. E a criação de campanhas de comunicação que aumentem o conhecimento geral sobre o setor agrícola de modo a que possa ser respeitado e valorizado em função dos seus importantes contributos para a produção de alimentos e minimização dos impactos das alterações climáticas.



Importa aumentar o uso de tecnologias de precisão, preencher lacunas de conhecimento sobre o impacto das alterações climáticas na agricultura, como forma de a tornar mais sustentável e minimizar desperdícios.

Campanha de 2019

Mais ovinos e maior quantidade de lã tosquiada



Ao ser vendida de forma agrupada, depois de escolhida e loteada, a lã atinge preços mais competitivos no mercado mundial.

O número de ovelhas tosquiadas em cada campanha lanar da ACOS tem vindo a aumentar, do mesmo modo que o número de associados aderentes a este serviço, chave na mão, tem crescido de ano para ano. O objectivo é valorizar o mais possível os diferentes lotes de lã, conforme a sua qualidade.

Na campanha de 2019, as equipas da ACOS tosquiaram cerca de 125 mil ovinos. A lã concentrada este ano ascendeu a 285 toneladas, ou seja, 285 mil quilos, o que corresponde a um aumento de 15 por cento relativamente ao ano anterior.

O serviço prestado pela ACOS envolve a disponibilização de equipas de tosquia, a concentração da lã e a respectiva comercialização. As equipas de tosquiadores da ACOS executam, por 1,70 euros, todas as fases do processo, nomeadamente a apanha dos animais, a tosquia e o ensaio da lã.

Ao ser vendida de forma agrupada, depois de escolhida e loteada, a lã atinge preços mais competitivos no mercado mundial. Os lotes de lã concentrados pela ACOS são maioritariamente compostos por lã merina branca fina, com 23 177 quilos, lã merina branca corrente, com 194 552 quilos, lã pigmentada preta, com 33 046 quilos, lã campaniça com 16 712 quilos. A lã churra atingiu 10 535 quilos, seguida dos aninhos brancos (lã da primeira tosquia), com 4 673 quilos, lã lacauene, com 2 455 quilos e, por fim, 795 quilos de aninhos pigmentados.

O preço final deste ano ainda não está apurado, no entanto, a ACOS já procedeu a um adiantamento, como habitualmente faz. Até apuramento do valor final, o que só acontece após a conclusão das vendas no mercado, a ACOS adiantou 1,10 euros por quilo para a lã merina branca, um euro para a lã campaniça e noventa cêntimos para a lã pigmentada. De salientar, como exemplo, que em 2018 o preço final atingiu, por quilo, 1,60 euros para lã merina branca corrente e 1,80 euros para a lã merina branca fina, embora as expectativas para 2019 sejam mais baixas, fruto da conjuntura do mercado mundial desta matéria-prima.



Eugénio dos Anjos Fernando Faleceu o vice-presidente da ACOS

O Vice-Presidente da ACOS, Eugénio Cristiano Lopes dos Anjos Fernando faleceu no dia 11 de Outubro, aos 62 anos. Membro da Direção da ACOS desde 1989, Eugénio dos Anjos Fernando sempre esteve presente na defesa das causas da Associação, tendo em conta a criação de melhores condições para os associados e para a região. Eugénio Fernando sempre esteve ligado à ACOS desde a sua fundação, tendo feito parte da equipa que ajudou a criar e a consolidar a Associação de que muito se orgulhava de representar.

Recenseamento agrícola

No âmbito do Recenseamento Agrícola 2019 (RA2019), da responsabilidade do INE (Instituto Nacional de Estatística), já começou, e decorre até Maio de 2020, a recolha de dados no terreno. A recolha de dados decorre por entrevista presencial feita por entrevistador credenciado, que contactará cada agricultor para agendar e/ou para realizar a entrevista. Sublinha-se que o Recenseamento Agrícola abrange todo o território nacional, tratando-se de um inquérito exaustivo realizado de dez em dez anos, sendo que o último reporta ao ano de 2009. A informação recolhida, tratada e produzida neste contexto permite conhecer, entre outros aspetos relevantes, a estrutura das explorações agrícolas, os sistemas de produção, a mão-de-obra agrícola, bem como a evolução na última década de alguns dos principais indicadores.

Consumo de carne de vaca

FAABA reclama “ética e honestidade intelectual” em defesa do setor agrícola

A Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo (FAABA) reagiu, em comunicado, com indignação às declarações públicas do reitor da Universidade de Coimbra e de António Costa, (então enquanto candidato do PS às eleições Legislativas) sobre a abolição do consumo de carne de vaca.

Os representantes da FAABA realçam que “vivemos um tempo de “emergência climática”, sim, mas declarações infundadas e alarmistas a este respeito colocam em causa o desenvolvimento do sector agrícola no seu todo, a sua rentabilidade, o equilíbrio do espaço rural, a produção nacional e a soberania alimentar do país.

Neste comunicado, a Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo mostrou a sua “profunda indignação” às declarações do reitor da Universidade de Coimbra, na abertura de mais um ciclo académico perante os seus alunos, e perante os cidadãos, cada vez mais incrédulos do nosso país. A carne de vaca será substituída “por outros nutrientes que irão ser estudados, mas que será também uma forma de diminuir aquela que é a fonte de maior produção de CO2 que existe ao nível da produção de carne animal”. Tais declarações, apresentadas de forma descontextualizada, configuram-se enganosas. Embora seja reconhecida a emissão de gases de efeito de estufa (GEE) por parte dos bovinos, também importa salientar que os sistemas de produção desta espécie, associados ao pastoreio, contribuem de forma muito positiva para o sequestro de dióxido de carbono e para o aumento da matéria orgânica e fertilidade dos solos”.

A FAABA sustenta que uma pessoa “com responsabilidades políticas ou académicas, entre outras, é um cidadão comprometido com questões éticas. Declarações infundadas, precipitadas, sensacionalistas, com promoção de inverdades, só porque caem bem na opinião pública são, no mínimo, escandalosas. Para não dizermos puníveis”.

E adianta que “a produção de conhecimento baseado na investigação científica está entre os alicerces mais importantes de uma instituição universitária. É,





Vivemos um tempo de “emergência climática”, sim, mas declarações infundadas e alarmistas a este respeito colocam em causa o desenvolvimento do sector agrícola no seu todo, a sua rentabilidade, o equilíbrio do espaço rural, a produção nacional e a soberania alimentar do país.



por essa razão, muito grave, que o representante da Universidade de Coimbra tenha vindo a público veicular alarmismo, podendo colocar em causa princípios de rigor científico através de afirmações sem sustentação objetiva. A informação descontextualizada, por parte de uma instituição universitária está a ensinar o quê? O Fundamentalismo? A imprecisão? Ou pode ter uma leitura de imposição em vez do estímulo ao aprofundar do conhecimento?”

A entidade representativa dos agricultores do Baixo Alentejo sustenta que “vivemos um tempo de “emergência climática”, sim, mas declarações infundadas e alarmistas a este respeito colocam em causa o desenvolvimento do sector agrícola no seu todo, a sua rentabilidade, o equilíbrio do espaço rural, a produção nacional e a soberania alimentar do país”.

A este respeito a FAABA vai mais longe: “a emergência climática é uma questão científica mas é também política. E pode tornar-se uma emergência social se não forem criados mecanismos que combatam a falácia e a desinformação. Há estudos de universidades europeias que já fazem referência negativa aos efeitos globais de uma alimentação puramente vegetal, nomeadamente às suas nefastas consequências mundiais a nível económico, ambiental e nutricional”.

Com argumentos em defesa da agricultura, os responsáveis da Federação de Agricultores esclarecem que “há evidência científica que demonstra os benefícios ambientais e sociais da atividade agrícola no combate à desertificação, ao despovoamento rural e à promoção da biodiversidade nos nossos ecossistemas. Estão comprovadas as mais-valias do pastoreio e das pastagens, na prevenção contra incêndios, no enriquecimento do solo em matéria orgânica, no seu contributo objetivo para o sequestro de carbono e para as metas da neutralidade carbónica, conforme preconizado no Roteiro Nacional sobre esta matéria. Por outro lado, há reconhecidas organizações internacionais a demonstrar que o consumo adequado de carne é benéfico para a saúde. Prova disso é a distinção da dieta mediterrânica, onde se inclui a carne de vaca, como uma das mais saudáveis e equilibradas do mundo, inscrita pela UNESCO na lista representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade”.

Em forma de conclusão, a FAABA defende “honestidade intelectual. Trabalho conjunto. Empenho político que valorize as boas práticas dos agricultores porque estes são os principais interessados e estão na linha da frente no combate às alterações climáticas”.

E lamenta “as afirmações do reitor da Universidade de Coimbra, bem como as declarações públicas, no dia 18 de Setembro, do Primeiro-Ministro de Portugal sobre a abolição da carne nas refeições oficiais do Governo. O Primeiro-Ministro, mesmo enquanto candidato, deveria defender um setor tão importante e tão relevante em termos económicos, ambientais e sociais como é a pecuária nacional. E a agricultura no seu todo”.

Regadio de Alqueva

Agricultores criticam “desinformação” sobre culturas intensivas



“Acredito que as pessoas se sintam incomodadas com essas proximidades”, mas “não posso dizer que isso seja associado a riscos para a saúde”, porque “não está estudado”

Filomena Araújo
Delegada de Saúde
Pública do Alentejo

A “invasão” do Alentejo por culturas intensivas “atraídas” pelo regadio do Alqueva está a gerar polémica, com populações e ambientalistas a terem receios de impactes negativos e agricultores a dizerem que são infundados. Na área do Alqueva, com 120 mil hectares de regadio instalados, há 95 mil a serem regados, a maioria (60 por cento) ocupados com olival, seguindo-se árvores de fruto, sobretudo amendoal, vinha, milho, forragens e cereais e hortícolas.

José Paulo Martins, da associação ambientalista ZERO e do movimento de cidadãos “Alentejo Vivo”, que denuncia impactes negativos da agricultura intensiva, diz que há aldeias com plantações “demasiado perto” de casas. “Há pessoas preocupadas” com a exposição a pesticidas usados nas culturas “tão próximo das zonas onde habitam”, porque “há sempre o receio de que possam afetar a sua saúde”, explica o ambientalista, denunciando que “não se estão a respeitar determinadas regras” quanto ao ambiente e à segurança das populações.

O presidente da Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo, Rui Garrido, desdramatiza, embora reconheça que “há sempre alguns impactes menos positivos ou até negativos”. Mas, “temos de os tentar reduzir”, diz à Lusa Rui Garrido, lembrando que quando se fez o Alqueva “já se sabia” que se iria intensificar a agricultura, porque, numa zona onde há água disponível, os agricultores conseguem produzir “bastante mais” e, por isso, intensificam culturas.

“Acredito que as pessoas se sintam incomodadas com essas proximidades”, mas “não posso dizer que isso seja associado a riscos para a saúde”, porque “não está estudado”, afirma Filomena Araújo, Delegada de Saúde Pública do Alentejo.

Filomena Araújo reconhece que chegaram queixas à Administração Regional de Saúde do Alentejo, que foram encaminhadas para autarquias, as quais “têm um papel importante”, porque, com planos diretores municipais (PDM), “podem delimitar as áreas” para instalação de culturas.

O olival ocupa a maior área regada no Alqueva e o

presidente da Olivum - Associação de Olivicultores do Sul, Pedro Lopes, recusa a ideia de que os agricultores plantam onde “bem entendem”, explicando que têm de “consultar várias entidades” e os PDM, que “regulam a permissão ou não” de culturas perto de zonas urbanas.

Quanto ao ambiente, José Paulo Martins diz que o uso de “grandes quantidades” de agroquímicos (pesticidas e fertilizantes), “por vezes de forma desregrada”, tem impactes na qualidade de águas superficiais e subterrâneas e na biodiversidade e, em alguns processos de



plantação de culturas, como olival e amendoal, há “destruição” de linhas de água e património arqueológico. E algumas culturas, pela forma como são plantadas, pelo “uso abusivo” de pesticidas ou pela falta de vegetação espontânea, “desnudando o solo”, favorecem a erosão de solos, frisa.

Da parte dos produtores, Rui Garrido admite que, “com certeza”, os agricultores aplicam “mais agroquímicos”, porque estão a querer produzir mais, mas o modo de produção integrada tenta “minimizar muitos destes impactos”. Este modo de produção, indica, é seguido pela “esmagadora maioria” dos agricultores no Alqueva e “obriga” ao uso eficiente de água e agroquímicos “menos nocivos para o ambiente” e de acordo com análise dos solos e necessidades das culturas.

“A maior parte” dos alertas e receios sobre impactos negativos da agricultura intensiva “não tem fundamento” e “há uma desinformação muito grande”, que tem “prejudicado bastante” os agricultores, argumenta Rui Garrido. No entanto, continua, “o saldo” entre impactos positivos e negativos “é francamente positivo”, pois o Alentejo sem agricultura “não conseguiria ter o desenvolvimento que tem”, nem daria o contributo que dá para a produção agrícola.

Pedro Lopes diz que os impactos negativos atribuídos à olivicultura estão “por comprovar”, os alertas e receios são “infundados” e os olivicultores querem “desmontar a desinformação” e demonstrar que o olival, que “consome menos água” e utiliza “muito menos” agroquímicos em relação a outras culturas intensivas, é “amigo do ambiente”.

José Paulo Martins contrapõe que os receios e alertas da ZERO são “baseados em factos” e há legislação que não é cumprida e “insuficiente” fiscalização. “Não há uma verdadeira entidade licenciadora” de projetos agrícolas e “há casos em que as coisas ficam pela vontade do agricultor”, frisa, defendendo “uma atitude mais interventiva” do Estado.

O ambientalista aponta ainda outros impactos associados, como a poluição do ar provocada por fábricas de extração de óleo de bagaço de azeitona, “exploração de mão-de-obra barata” imigrante e a alegada morte de aves devido a trabalhos noturnos de apanha mecânica de azeitona.

Pedro Lopes justifica o recurso a mão-de-obra externa para trabalhos agrícolas afirmando que “em Portugal não há”, mas frisa que os agricultores estão “bastante atentos ao problema” da exploração de imigrantes. **Luís Miguel Lourenço Lusa**



A maior parte” dos alertas e receios sobre impactos negativos da agricultura intensiva “não tem fundamento” e “há uma desinformação muito grande”, que tem “prejudicado bastante” os agricultores.

Rui Garrido
Presidente da FAABA



Apanha mecânica

Olivum recomenda aos agricultores que “evitem a colheita noturna de azeitona”



A OLIVUM, Associação de Olivicultores do Sul, tem-se mostrado sempre disponível para colaborar com todas as entidades públicas e privadas de forma a evitar a perturbação dos ecossistemas associados ao olival, bem como para sensibilizar os seus associados para as melhores práticas ambientais de colheita da azeitona.

Com o aproximar da época de colheita, a OLIVUM solicitou reuniões ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), ao Instituto de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL), bem como a outras organizações da fileira, de forma a recolher informação sobre os meios aconselhados de prevenção e atenuação dos possíveis impactos dos trabalhos de colheita, designadamente no que se refere à apanha mecanizada noturna.

Tendo conhecimento que estão em curso estudos científicos independentes no sentido de avaliar os reais impactos da colheita mecanizada noturna e os seus efeitos na avifauna, a OLIVUM recomendou a todos os associados, através de circular enviada a 11 de outubro, a suspensão voluntária deste tipo de atividade na campanha de 2019.

Adicionalmente, no dia 17 de outubro, a Olivum assinou juntamente com a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CONFAGRI) e a Casa do Azeite, uma proposta de acordo setorial relativo à colheita noturna no olival, onde se recomenda também, a suspensão temporária e voluntária da colheita noturna, sempre que surja risco de impacto negativa na avifauna.

A Olivum aguardou a tomada de posse da nova Ministra da Agricultura tal como da comissão Parlamentar de Agricultura para pedir o agendamento de uma audiência urgente que permita discutir de forma construtiva o futuro do setor. O objetivo é salvaguardar as melhores práticas que permitam a proteção do meio ambiente que serve de sustento a todos os olivicultores. Os estudos científicos a decorrer, liderados pelas autoridades competentes, serão determinantes para avaliar as consequências reais deste tipo de colheita noturna e permitirão aferir de forma clara cada uma das medidas de salvaguarda da avifauna, sua eficácia e eventuais recomendações/regras para a sua utilização.

A OLIVUM acredita que é muito importante construir um conhecimento seguro e fundamentado acerca dos impactos que a colheita noturna mecanizada pode ter sobre a avifauna que pernoita nos olivais e sobre eventuais medidas de salvaguarda que deverão ser adotadas no futuro.

A OLIVUM considera, assim, precipitadas e sem valor científico as acusações avulsas que estão a ser feitas por algu-



mas associações ambientalistas, uma vez que decorrem estudos, que estão a ser realizados por entidades independentes e credíveis, não havendo, ainda, conclusões sobre os impactos reais da colheita mecanizada noturna.

Reafirmamos que, independentemente da evolução destes estudos científicos, a OLIVUM fez, recentemente, uma recomendação aos seus associados para que evitem a prática da colheita noturna mecanizada nesta campanha de 2019 e até serem conhecidas as conclusões científicas das entidades que estão a estudar a situação. Recomendação essa reforçada pelo acordo setorial relativo à colheita noturna no olival assinado por quatro entidades do setor a 17 de Outubro. **A Direção da Olivum**



Proposta de Acordo Setorial relativa à colheita noturna no Olival

As Associações signatárias reconhecem a necessidade de elaborar estudos científicos que permitam conhecer, com rigor, em que condições é que a colheita noturna mecanizada pode ter um impacto sobre a avifauna dos olivais.

As Associações signatárias, tendo conhecimento que estão já em curso estudos liderados pelas Autoridades competentes nesta matéria e que visam o referido propósito, manifestam desde já a sua inteira disponibilidade para colaborar ativamente com as entidades que têm a seu cargo a elaboração de tais estudos.

O conhecimento assim obtido, permitirá adotar medidas eficientes e sustentáveis que garantam o objetivo, por todos desejado, de evitar a perturbação destes ecossistemas.

Face ao exposto, as Associações signatárias reconhecem a necessidade de recomendar, sempre que surja risco de impacto negativo na avifauna, a suspensão temporária e de forma preventiva a colheita nocturna mecanizada, enquanto os referidos estudos científicos não estiverem concluídos e não houver um conhecimento seguro e fundamentado acerca dos impactos e das eventuais medidas de salvaguarda da avifauna.

As Associações signatárias acordam, assim, na recomendação da suspensão voluntária e temporária da colheita noturna mecanizada na presente campanha, sempre que surja risco de impacto negativo na avifauna.

Lisboa, 17 de Outubro de 2019

CAP, CASA DO AZEITE, CONFAGRI, OLIVUM

Entidade Reconhecedora de Regantes

Boas práticas ajudam a reduzir o consumo de água na agricultura



A adesão a esta medida tem como meta a redução de 7,5 por cento nos consumos de água, face à situação de referência no ponto de partida.

A ACOS – Associação de Agricultores do Sul está autenticada pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) como Entidade Reconhecedora de Regantes estando, assim, habilitada a reconhecer os agricultores que pretendam obter o reconhecimento de Regante. Este serviço, prestado em parceria com o Centro Operativo e de Tecnologias de Regadio (COTR), desenvolve-se mediante a assinatura de um contrato através do qual são observados critérios com o objetivo de habilitar o agricultor/regante a adotar boas práticas ambientais, de eficiência na utilização da água, e a receber as ajudas incluídas na Ação 7.5 Uso Eficiente da Água, do PDR 2020.

A adesão a esta medida tem como meta a redução de 7,5 por cento nos consumos de água, face à situação de referência no ponto de partida. Trata-se pois, da adoção de boas práticas que se integram numa estratégia mais abrangente, de melhoria de gestão dos recursos naturais.

Para fazer ponto de situação dos resultados obtidos até ao momento, volvidos cinco anos desde o início do processo, falámos com Ana Carapinha, responsável do Serviço de Apoio Técnico da ACOS e com Gonçalo Rodrigues, representante (até outubro deste ano) do COTR – Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio. As duas entidades estão autenticadas como Reconhecedora de Regantes e trabalham em parceria na aplicação e acompanhamento desta medida junto dos agricultores que se propuseram fazer este percurso de melhoria de eficiência.

Reconhecimento de regantes em nome da sustentabilidade ambiental e do território

A ACOS em parceria com o COTR está a acompanhar 18 regantes sendo que, 17 são da Classe A e um da Classe B. Destes, 15 são sociedades e três são agricultores em nome individual.

De acordo com Ana Carapinha, “a adesão à medida e cumprimento dos requisitos, constitui por si só, um passo para a consciencialização do uso sustentável da água. Não existe um processo de formação formal, mas



todo o acompanhamento realizado pela ACOS no percurso de reconhecimento implica uma sensibilização do agricultor para as boas práticas no uso eficiente da água”.

Por seu lado, Gonçalo Rodrigues sublinha que “a atribuição do título de regante obriga a uma visita anual de reconhecimento para verificação do cumprimento das condições da sua atribuição. Além da identificação da sua exploração (incluindo os limites da área pretendida), cada regante terá de garantir o cumprimento dos seguintes pontos: existência do relatório de inspeção técnica ao sistema de rega e de bombeamento, registando eventuais não-conformidades detetadas e

respetiva resolução; existência do plano de fertilização, acompanhado do registo das atividades efetuadas na área candidatada, assim como outras evidências do cumprimento de normas de fertilização racional. Este plano far-se-á acompanhar dos boletins de análise de terra, de água e de material vegetal, assim como dos comprovativos de aquisição de fertilizantes”.

O representante do COTR destaca ainda a “existência, localização e estado operacional do pluviómetro ou da estação meteorológica e do contador volumétrico, assim como da regularidade dos respetivos registos (frequência mínima de uma vez por mês); informação sobre tipo de solo e da eficiência de aplicação prevista;





O plano de fertilização e o plano de rega deverão estar integrados em Caderno de Campo, o qual deve ser mantido atualizado através do registo de todas as práticas culturais efetuadas e aos quais deverão ser anexados comprovativos

a existência de calendário de rega, acompanhado pela evidência do seu cumprimento. Tal calendário deverá fazer-se acompanhar pelo registo dos valores de evapotranspiração de referência (ET_o), evapotranspiração cultural (ET_c), e de precipitação, (tendo que ser comprovada a sua origem e credibilidade dos valores), e registo das datas das regas e das estimativas dos volumes e dotações de rega empregues. A periodicidade mínima do calendário deverá ser semanal, e deve ter em consideração os dados de ET_c, da precipitação medida pelo pluviómetro, do tipo de solo e da eficiência da aplicação prevista. Caso o regante pretenda obter o título de Classe A, deverá proceder-se à verificação da existência de equipamentos de medição do teor de humidade no solo”.

Ana Carapinha, da ACOS, salienta ainda a relevância de “definir e respeitar um plano de fertilização e utilizar plano de rega, elaborado a partir de recomendações efetuadas com base no Balanço Hídrico de periodicidade mínima semanal, recorrendo ainda a um pluviómetro e tendo em consideração o equipamento de rega, tipo de solo, clima e fase vegetativa da cultura a regar”.

E destaca que “o plano de fertilização e o plano de rega deverão estar integrados em Caderno de Campo, o qual deve ser mantido atualizado através do registo de todas as práticas culturais efetuadas e aos quais deverão ser anexados comprovativos”. Entre os procedimentos, Ana Carapinha sublinha que da inspeção do equipamento de rega, incluindo equipamento de bombagem nos 1º, 3º e 5º anos de compromisso, “resulta relatório de inspeção emitido por entidade autenticada e a implementação das recomendações resultantes dessas inspeções a verificar pela mesma entidade”. Destaca ainda a importância de “monitorizar a quantidade de água consumida na área irrigada da exploração, que permita evidenciar uma poupança mínima de 7,5% nos consumos anuais de rega, face à situação de referência. Caso se trate de regante de Classe A, utilizar sondas para determinação de teor de humidade no solo, tendo em vista introduzir os ajustes necessários aos calendários de rega”.

Por sua vez, e para clarificar as principais diferenças entre as classes A e B, o responsável do COTR, Gonçalo Rodrigues explica que “na classe de Regante A (mais exigente) é obrigatório a monitorização da água no

solo ou na planta através de equipamentos de monitorização e na classe de regante B, tal não é obrigatório. Para os regantes da classe A, verificação da existência de equipamentos de medição na densidade preconizada e respetivos registos, assim como das evidências da utilização destes dados para a determinação da oportunidade da rega, incluindo: características técnicas dos equipamentos de medição; carta de localização desses equipamentos; quadro ou gráfico de registo dos dados; cruzamento dos dados anteriores com os quadros de balanço hídrico. O prémio de ajuda na classe de regante A é superior ao atribuído na classe de regante classe B”.

Que balanço pode ser feito sobre este projeto?

Que balanço pode ser feito sobre este projeto e que contributos podem ser salientados no que diz respeito a boas práticas e a desenvolvimento sustentável? Foi esta a pergunta que lançámos aos responsáveis das duas entidades: ACOS e COTR.

Ana Carapinha, do Serviço de Apoio Técnico da ACOS responde que “o balanço é bastante positivo. Os apoios aos agricultores, decorrentes da adesão a esta medida, foram fundamentais na adoção de boas práticas de regadio, conferindo condições para um uso mais eficiente e sustentável do recurso água”.

A coordenadora do Serviço de Apoio Técnico da ACOS acrescenta que “esta medida visa atingir uma meta de redução do nível do consumo de água de 7,5% nos consumos anuais de rega,

face à situação de referência”.

Sobre esta matéria, Gonçalo Rodrigues também faz um balanço positivo, em termos gerais. E salienta que, “da área candidatada em 2015, a grande maioria manteve-se reconhecida até ao presente. Os beneficiários têm demonstrado empenho no cumprimento dos critérios de elegibilidade, não só pela obrigatoriedade, mas pelo valor que dão a essa informação”.

O responsável do COTR sublinha ainda que “a realidade de 2014 não é a mesma de hoje para os regantes reconhecidos. Em larga escala, não era comum realizar uma auditoria ao sistema de rega, manter registo dos contadores ou realizar um calendário de rega... passados 5 anos a realidade é sobejamente diferente. Boas práticas de rega foram



adotadas (até porque a grande maioria dos regantes são Classe A), tendo a gestão de rega por base uma calendarização adequada à cultura, baseada nos dados edafoclimáticos, culturais e de teor de água no solo. O conhecimento do funcionamento do sistema de rega, e da sua eficiência de aplicação, permite não só um uso mais eficiente da água como também dos fertilizantes (desde que aplicado por fertirrega) e da energia. Também, o perfeito conhecimento da oportunidade de rega, permitiu poupanças de água para a grande maioria dos casos. Práticas como estas apontam claramente a um regadio mais sustentável, permitindo um uso mais eficiente dos recursos, diminuindo o seu impacto ambiental”.

Sobre a importância destas medidas para a defesa da sustentabilidade ambiental, ambos os responsáveis consideram que sim, sem qualquer margem de dúvida.

Ana Carapinha começa por explicar que “este conjunto de medidas, como o Uso Eficiente da Água, fazem parte de uma visão estratégica nacional para o desenvolvimento rural, no domínio da melhoria da gestão dos recursos naturais e da proteção do solo, água, ar, biodiversidade e paisagem. A integração de todas estas medidas é vital na defesa da sustentabilidade ambiental e do território”.

Por sua vez, Gonçalo Rodrigues salienta que “em sentido lato, as medidas agroambientais podem ser consideradas com uma ferramenta fundamental por forma a atenuar possíveis externalidades negativas da agricultura no ambiente. O pagamento de uma ajuda ao abrigo das medidas agroambientais do PDR2020 constitui um meio claro de incentivar os agricultores a introduzir (ou manter) métodos de produção agrícola compatíveis com a proteção e melhoria do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais, servindo, simultaneamente, os interesses da sociedade. Mas é de realçar que não é só a ajuda monetária que muda as mentalidades; a pedagogia intrínseca a uma medida e a vontade dos agricultores em se tornarem melhores permite uma mudança de estado que potencia significativamente esses impactos positivos que advêm desses novos métodos de produção”.

E concretiza que “a implementação da medida 7.5 ou de outras agroambientais apontam a um uso mais racional dos recursos através de uma melhor gestão agrícola que passa, obrigatoriamente, por uma adoção de boas práticas. O conhecimento e monitorização de vários fatores, que apontam a uma gestão agrícola otimizada, dando resposta às reais necessidades das culturas, permite maximizar a eficiência de utilização desses recursos e, ao mesmo tempo diminuir o impacto ambiental da atividade agrícola. A adoção destas boas práticas permite não só proteger a qualidade de recurso (cada vez mais escassos), como também promover a redução dos custos associados à atividade agrícola, maximizando o seu rendimento.

O que é o Sistema de Reconhecimento de Regantes?

O Sistema de Reconhecimento de Regantes assenta na atribuição do título de regante aos agricultores que adotem comportamentos que permitam, por um lado, melhorar a adequação da dose de rega e da sua oportunidade e, por outro, otimizar o desempenho técnico do seu sistema de rega. Qualquer destes vetores contribui para aumentar a eficiência de rega, o que, por sua vez, se enquadra na necessidade crescente de redução das perdas de água, contribui decisivamente para a proteção dos meios hídricos naturais e concorre para a redução dos gastos energéticos.

De acordo com a legislação em vigor, o Sistema de Reconhecimento de Regantes assenta na atribuição do título de regante aos agricultores que adotem comportamentos que permitam melhorar a adequação da dose de rega e da sua oportunidade e, também, otimizar o desempenho técnico do seu sistema de rega.

A atribuição do título de regante assenta nos critérios definidos na Portaria n.º 136/2015, de 19 de maio, ao abrigo do determinando pela alínea c) do artigo 21.º da Portaria n.º 50/2015, de 25 de fevereiro. De acordo com a legislação em vigor, os regantes, para serem reconhecidos, terão de cumprir com três critérios base, sendo que é necessário candidatar uma superfície mínima instalada de regadio de um hectare, utilizando sistemas de rega por aspersão, localizada ou subterrânea; Deve deter contador exclusivo que permita aferir o consumo efetivo de água na superfície irrigada sob compromisso; Obter, até ao final do 1º ano do compromisso (e manter), o reconhecimento de regante, de classe A ou de classe B, por entidade devidamente autenticada para o efeito pela Autoridade Nacional de Regadio (DGADR).



Em sentido lato, as medidas agroambientais podem ser consideradas como uma ferramenta fundamental por forma a atenuar possíveis externalidades negativas da agricultura no ambiente.





azeite

Entrevista ao Professor José Gouveia, Presidente do Júri do Concurso Internacional de Azeites Virgem Extra – Prémio CA Ovibeja

“Portugal é um dos países que melhor produz azeite”

Em Portugal, os vestígios da presença da oliveira datam da Idade do Bronze, sendo que, no final do século XIX chegou-se a 570 mil hectares de plantação de olival estreme. O consumo per capita de azeite no nosso País rondou, nos anos 60, os 10,5 quilos, e já desceu até 3,6 em 1980, tendo voltado a subir para os 7,5 ou 8 nos dias de hoje. Nos anos 50 a produção de azeite em Portugal ultrapassou as 120 mil toneladas, decrescendo para valores inferiores a 30 mil toneladas no início do século XXI. Hoje a produção situa-se nas 130 mil toneladas. Um sobe e desce nem sempre acompanhado da informação necessária sobre a importância do azeite na alimentação humana, no PIB do nosso País e sobre a sua qualidade. “O Alentejo é a maior zona de produção (...)” e “Portugal, (...) pode orgulhar-se de ser um dos países que melhor produz (...)”.

José Gouveia, Professor do Instituto Superior de Agronomia, um dos mais conceituados especialistas em azeite do nosso País e Presidente do Júri do Concurso Internacional de Azeites Virgem Extra – Prémio CA Ovibeja, desde a primeira edição, em 2011, em entrevista à revista “Ovelha” destaca a importância do azeite e do olival no nosso País.

O Prof. José Gouveia é, desde a primeira hora, presidente do Júri do Concurso Internacional de Azeite Virgem Extra – Prémio CA Ovibeja. No próximo ano este concurso assinala a sua 10ª edição. Como analisa a evolução do concurso e da sua expressão junto dos potenciais concorrentes?

Sim, como diz, tem-me sido dada a honra desde a primeira edição, em 2011, de presidir ao Concurso Internacional de Azeite Virgem Extra – Prémio Ovibeja, o que me enche de satisfação e mesmo de orgulho pessoal. Não quereria perder esta oportunidade para vos dizer quanto tem sido agradável e facilitada a minha tarefa e que muito agradeço todo o carinho e gentileza que me dispensam, de um modo ou de outro, as Engenheiras Mariana Matos e Teresa Zacarias da Casa do Azeite, toda a Direcção da ACOS, assim como toda a equipa técnica do Laboratório de Química da ACOS e, com a certeza de me estar a esquecer de muitos outros, os informáticos, nomeadamente o Engº Eduardo Abade e Francisco Palma.

Mas, como não há concurso sem azeites concorrentes e provadores, também gostaria de agradecer e felicitar todos quantos, de uma maneira abnegada, nacionais e estrangeiros, têm dado corpo, de modo voluntário, ao Concurso Internacional de Azeite Virgem Extra – Prémio CA Ovibeja.

O concurso surgiu da vontade da ACOS, em parceria com a Casa do Azeite, de realizar em Portugal um concurso internacional que destacasse os azeites de excelência produzidos no País e no Mundo. A promoção e o reforço da qualidade dos azeites portugueses e a sua posição no mercado exportador são também objetivos dos organizadores do Concurso. Actualmente, o Concurso Internacional de Azeite Virgem Extra –

Prémio CA Ovibeja conta com o patrocínio exclusivo do Crédito Agrícola.

Nos quadros seguintes (Quadros I e II), pode ver-se, de modo muito claro, a evolução que o Concurso tem vindo a ter, ano a ano, quer em termos do número de jurados, quer em número de amostras de azeite a concurso, provenientes das mais diversas origens, nacionais e estrangeiras.

Quadro I - PROVADORES

Ano	Nacionais	Estrangeiros	Total
2011	11	5	16
2012	13	9	22
2013	17	13	30
2014	15	14	29
2015	20	23	43
2016	17	22	39
2017	19	24	43
2018	18	22	40
2019	20	20	40

Quadro II - AZEITES

Ano	Nacionais	Estrangeiros	Total
2011	30	11	41
2012	36	24	60
2013	40	32	72
2014	41	58	99
2015	64	49	112
2016	61	73	135
2017	68	69	137
2018	55	83	138
2019	61	69	130

Como se pode ver, na primeira edição, em 2011, o concurso contou com a presença de apenas 41 amostras provenientes de Portugal e Espanha, que foram avaliadas por um júri composto por 16 jurados, 11 portugueses, 3 espanhóis, 1 italiano e 1 grego.

No ano seguinte, em 2012, participaram 60 azeites provenientes de Portugal, Espanha, Grécia e Chile, e em 2013 foram recebidas 72 amostras originárias de Portugal, Espanha, Itália, Chile, Grécia e Argélia. Estas amostras foram provadas por um júri composto por elementos de Portugal, Espanha, Alemanha, Tunísia, Itália, Grécia, Chile e Argentina.

Em 2014, contou-se com 105 amostras e na edição de 2015, 113 amostras provenientes de Portugal, Espanha, Grécia, Itália, Uruguai, Alemanha, Eslovénia, Chile, Israel e Turquia provadas por um júri internacional composto por 39 elementos de Portugal, Espanha, Grécia, Itália, Argentina, Chile, Alemanha, Tunísia, Israel, Japão e Estados Unidos da América e, em 2016, 134 amostras provenientes de Portugal, Espanha, Grécia, Itália, Eslovénia, Chile e Israel.

Mais amostras de azeite e mais países concor-



O Concurso de Azeite Virgem Extra – Prémio Ovibeja é, frequentemente, destacado na imprensa internacional como um dos melhores concursos do mundo. É classificado na World's Best Olive Oils como o 2º melhor do mundo, a seguir ao Mario Solinas Award.

rentes é o resultado do trabalho de promoção do concurso que tem vindo a ser feito pela organização. Em 2018, atingiu-se o número máximo de azeites a concurso (138) e na edição de 2019 foram recebidos 130 azeites de 9 países diferentes (61 de Portugal, 48 de Espanha, 6 de Itália, 6 da Grécia, 4 de Israel, 2 da Alemanha, 1 de Angola, 1 do Brasil e 1 dos Estados Unidos da América do Norte), provados por júris constituídos por jurados de Portugal (21), Espanha (9), Grécia (2), Itália (1), Alemanha (1), Tunísia (1), Israel (1), Brasil (1), USA (1) e Japão (1).

O decréscimo de amostras na última edição (130, em 2019) deveu-se ao facto de no regulamento do concurso constar que os azeites teriam de ser da última campanha e como as provas foram efectuadas no mês de Abril nessa época do ano ainda não tinha havido colheita nos países da América Latina.

Indique boas razões para participar no 10º Concurso Internacional de Azeites Virgem Extra – Prémio CA Ovibeja e melhorias que se podem apontar?

A principal razão será a notoriedade que o concurso tem vindo a ganhar mesmo a nível internacional. Nesta altura, o Concurso de Azeite Virgem Extra – Prémio Ovibeja é, frequentemente, destacado na imprensa internacional como um dos melhores concursos do mundo. É classificado na World's Best Olive Oils como o 2º melhor do mundo, a seguir ao Mario Solinas Award. É ainda o único realizado em Portugal de âmbito internacional e que, tal como no Concurso à Qualidade Mario Solinas, cumpre as normas estabelecidas pelo Conselho Oleícola Internacional (COI) no que diz respeito às condições das amostras e à sua selecção.

No Prémio Ovibeja, os azeites são classificados em 4 categorias (Quadro III) de acordo com o tipo e intensidade do frutado: Frutado Maduro, Frutado Verde Ligeiro, Frutado Verde Médio e Frutado Verde Intenso e depois provados por um júri internacional que irá seleccionar os melhores em cada categoria.

**Quadro III
CATEGORIAS DOS AZEITES A CONCURSO**

Ano	Frutado maduro	Verde ligeiro	Verde médio	Verde intenso	Total
2011	19	-	11	11	41
2012	29	-	19	12	60
2013	21	-	34	17	72
2014	26	3	50	26	105
2015	38	13	48	14	113
2016	39	14	51	30	134
2017	45	16	45	31	137
2018	41	12	59	26	138
2019	39	13	46	32	130

Relativamente a isto, em minha opinião, o regulamento do concurso devia prever uma pré-selecção das amostras, por um júri de número mais reduzido, que as integre nestas diferentes categorias. Os concorrentes só devem fazer prova de que os seus azeites pertencem à categoria de Azeite Virgem Extra.

Igualmente, as empresas concorrentes, para evitar duplicações de azeites, deverão fazer prova de que a cada lote corresponde apenas uma amostra e uma só referência comercial.

O concurso, por sugestão de muitos, para os azeites nacionais, devia contemplar um Prémio de Prateleira, em que as amostras dos azeites seriam colhidas pela organização nos pontos de venda indicados pelas empresas concorrentes.

Finalmente, para os países da América Latina e outros, poder-se-ia autorizar o envio de amostras da colheita do ano anterior, para permitir a países como Chile, Argentina, Brasil, Perú ou Uruguai concorrerem no Concurso Internacional de Azeites Virgem Extra - Prémio CA Ovibeja.

Há uma categoria no concurso da Ovibeja que foi ganha, nas últimas duas edições, só por azeites portugueses. O que distingue estes azeites comparativamente aos dos outros países? O azeite português é diferente dos azeites dos outros países?

Julgo que se está a referir à categoria de Frutado Verde Ligeiro. Tradicionalmente, os azeites portugueses são considerados lá fora como “Azeites Doces”, ou seja, são muitas vezes azeites suaves não só pela predominância nesses azeites de algumas variedades portuguesas, como seja a Galega e também porque em algumas regiões ainda se mantêm épocas de colheita das azeitonas tardias, com azeitonas mais maduras, que fazem com que os azeites sejam mais amarelos de cor, com menores teores de compostos voláteis, responsáveis pelos cheiros e sabores e, igualmente, com menores teores de antioxidantes naturais, polifenóis por exemplo, responsáveis por atributos dos azeites como sejam amargo e picante.

O factor determinante das características de cheiro e sabor dos azeites é a variedade de oliveira e algumas das nossas variedades são efectivamente diferentes das variedades estrangeiras.

Como analisa a evolução do azeite português nos últimos anos?

Em Portugal, onde os vestígios da presença da oliveira datam da Idade do Bronze, o olival e o azeite, ao longo dos tempos, conheceram períodos de abundância e outros de carência. Por exemplo, no final do século XIX, chegou-se a 570 000 ha de plantação de olival estreme.

Com o surto da revolução industrial, entrou-se numa fase muito negativa da olivicultura portuguesa devido à falta de mão de obra nos campos.

Os custos de produção aumentaram e também a falta da qualidade do azeite e a concorrência feroz dos óleos de



O factor determinante das características de cheiro e sabor dos azeites é a variedade de oliveira e algumas das nossas variedades são efectivamente diferentes das variedades estrangeiras.

sementes, muito mais baratos, fizeram com que o consumo, per capita que, em Portugal, nos anos 60 era da ordem de 10,5 kg, decrescesse até cerca de 3,6 kg per capita, em 1980. Hoje em dia, o consumo rondará 7,5- 8 kg por pessoa/ano (Quadro V).

A produção do azeite, em Portugal, na década de 50 do século passado chegou a ultrapassar as 120 000 toneladas e depois, chegou-se ao início do século XXI com produções inferiores a 30 000 toneladas. Contudo, e para nosso bem, as coisas, nos últimos anos, mudaram para melhor e, hoje em dia, Portugal é olhado como um investidor, nesta área, sem igual na Velha Europa. O azeite em Portugal passou, em poucos anos, de uma participação de 1,5 % do azeite da União Europeia, para 5,0 % do total.

A isto não é alheio o investimento feito na barragem de Alqueva. A água da barragem chega a 140 000 ha, em terras férteis e de declives suaves. Em 2008, Portugal apenas tinha cerca de 4000 a 6000 ha de olival regado. Alqueva está a colocar Portugal no rol dos países mais produtores a nível mundial, uma verdadeira potência oleícola.

Hoje em dia, atinge-se valores de produção de azeite que chegam a ultrapassar as 130 000 toneladas (Quadro IV).

Pelo quadro IV, pode verificar-se que um simples acréscimo de cerca de 5 % na área do olival português, havido nos últimos 10 anos, teve como consequência aumentos de 55 a 65 % na produção nacional de azeite.

Isto deve-se, sobretudo, à expansão da área de olival em regime intensivo e superintensivo, principalmente de regadio, e à conjugação de esforços, de modo sustentável, pelos investimentos efectuados com novo potencial de conhecimento e a aplicação de novas tecnologias no campo, mesmo em olivais de sequeiro que ainda constituem 70 a 75 % do olival nacional, assim como de investimentos qualificados, quer em lagares de azeite de alta tecnologia quer em melhores formas de apresentação e comercialização dos azeites portugueses, notoriamente marcados por uma qualidade diferenciada, com crescente reconhecimento nacional e internacional.

Mesmo assim, Portugal não deixa de ser o 8º ou 9º produtor mundial.

Quadro IV - OLIVAL E AZEITE EM PORTUGAL *

Campanha	Área por ha	Produção Nacional em ton.	Consumo total em ton
2010/11	343219	62914	82000
2011/12	345684	76203	78000
2012/13	347292	59117	78000
2013/14	351770	91587	79000
2014/15	352350	60944	74000
2015/16	351340	109052	74000
2016/17	356182	69375	65000
2017/18	358886	134684	76000
2018/19	361483	100250	-

* Fonte: INE

O Alentejo é a maior zona de produção representando cerca de 75 % da área de olival nacional, seguida de Trás-os-Montes com cerca de 13 a 15% de área.

Mas Portugal, para além de mostrar ao Mundo estes resultados pode orgulhar-se de ser um dos países que melhor produz e que será o país líder em termos de consumo de azeite virgem extra como, claramente, mostra o Quadro V.

Quadro V - CONSUMO NACIONAL AZEITE

Ano	A.V.E. (%)	A.V. (%)	A.(%)*
2001	27,3	10,3	62,4
2011	49,7	9,5	40,8
2015	51,8	15,2	33,0
2016	54,1	16,3	29,6
2017	61,1	11,6	27,3

Fonte: Nielsen

* Contém azeite refinado e Virgem

No nosso país, pese embora a estabilização dos custos de produção e a diminuição dos preços no produtor, a balança comercial do azeite passou de um saldo negativo de 55 milhões de euros, em 2008, para um saldo positivo de cerca de 50 milhões, em 2011, e um saldo positivo de 150 milhões de euros a partir de 2015.

Neste momento, Portugal é já o 4º ou 5º maior país exportador, a nível mundial, com uma quota a rondar os 6 % das exportações mundiais.

Portugal exporta cerca de 500 milhões de euros de azeite, infelizmente a maior parte a granel.

Os mercados internacionais têm sido uma forte aposta para o escoamento dos azeites portugueses e os resultados positivos da balança comercial do azeite são bem demonstrativos do facto, muito mais ainda se os compararmos com os saldos negativos da balança comercial da indústria alimentar, de um modo geral.

Os nossos mercados de destino preferenciais são o Brasil que absorve cerca de 29 % do total das exportações nacionais de azeite a granel e 27 % do azeite embalado, sendo o azeite o produto português mais exportado para aquele país, e em termos de azeite a granel (infelizmente) 44 % para Espanha, 18 % para Itália e 2 % para França, Polónia e Angola.

Como analisa o futuro do setor olivícola e oleícola em Portugal?

Como se vê, o nosso sector olivícola e oleícola tem estado a crescer quer sob o ponto de vista quantitativo mas também em termos de qualidade. Mas, não se pense que está tudo feito. Há que trabalhar, muito e bem, e unir esforços para trazer à discussão e resolver, pela modernização, e não só, alguns temas nevrálgicos para uma melhoria do sector.

Poderíamos equacionar e tentar solucionar algumas das questões mais prementes, mas também trazer



Há que redobrar o esforço para levar o conhecimento a diferenciar os azeites, tanto a nível nacional como fora do país. Falta-nos uma estratégia de comunicação, a nível nacional e internacional, talvez através de uma marca chapéu de “Azeite de Portugal”





O azeite melhora o funcionamento do estômago e pâncreas, tem um efeito protector e tónico da epiderme, favorece as funções metabólicas do sistema endócrino, estimula o crescimento dos ossos e previne a osteoporose, por uma melhor absorção do cálcio

à discussão, áreas em que de certeza absoluta os mais jovens estarão muito mais bem preparados do que eu, já com esta idade, que não me permite acompanhar.

Estou a falar, naturalmente, de adoptar o conhecimento de outras ciências que, embora não parecendo ter a ver com olival e azeite, terão tudo a ver com eles. Informática e metrologia, automatizações e robotizações, drones, etc, etc, ao serviço dos produtores, com vista a maiores e melhores colheitas e produtos finais mais baratos.

Há que redobrar o esforço para levar o conhecimento a diferenciar os azeites, tanto a nível nacional como fora do país. Falta-nos uma estratégia de comunicação, a nível nacional e internacional, talvez através de uma marca chapéu de “Azeite de Portugal” que dê a conhecer o que é azeite, quão excelentes e diferentes são os azeites portugueses, o reconhecimento das qualidades do azeite do ponto de vista da nutrição e da saúde humana através de novas tecnologias e modalidades de marketing, levando esse conhecimento, cada vez mais, não só aos países já nossos importadores, mas também pela promoção junto de novos mercados emergentes como sejam os países orientais, nomeadamente o Japão, Índia e China.

A China, por exemplo, principalmente nas cidades de Pequim e Xangai, apresenta crescimentos de importação de azeite, nos últimos anos, superiores a 100 %. No momento, são cerca de 250 marcas de azeite provenientes da Grécia, Espanha, Itália, Portugal e Argentina, representando, por ano, cerca de 12 milhões de toneladas.

Achamos que Portugal é líder dos países produ-

tores-consumidores em termos de Azeite Virgem Extra, pois fique-se a saber que o Japão, consumidor recente, já consome, percentualmente, mais azeite virgem extra do que nós, com valores da ordem de 75 %.

Para além disso, continue-se, alargando, as vendas em mercados como EUA, Canadá, Polónia, Suíça e alguns países do norte da Europa, como sejam a Suécia e a Alemanha. A Suécia, por exemplo, apresenta aumentos de crescimento de consumo superiores a 50 %.

Mas continuemos também com medidas mais fáceis de modificar o estado de coisas e talvez mais simples de implementar, assim haja vontade!

- No olival, por exemplo, teremos de acautelar o flagelo, (ou não é flagelo?) da Xillela fastidiosa que poderá vir a causar estragos incalculáveis.

- Os nossos produtores exportadores, na grande maioria dos casos, passo a expressão, estão “a entregar o ouro ao bandido”, por exportarem a granel. As mais valias do azeite embalado estão as empresas estrangeiras a beneficiar delas!

- E a AIFO (Associação Interprofissional da Fileira Oleícola) do que estamos à espera para a pôr a funcionar? Olhando para as AIFOS dos outros países, e não é preciso ir muito longe, Portugal tem deixado de receber da União Europeia, através da AIFO, muitos e muitos milhões de euros.

- E o ensino agrícola? Com tantas escolas de agricultura e com este boom que se tem assistido no país não se ensina olivicultura e tecnologia de azeite? Parece que só a Escola Superior Agrária de Beja é que tem uma disciplina.

- E o ensino nas Escolas de Cozinheiros e de Hotelaria? Não usam azeite nos cozinhados e desconhecem por completo o produto?

- E a lei portuguesa dos galheteiros nos restaurantes? É boa, não é? A Espanha e a Itália adoptaram-na e, mais recentemente, a Grécia. Porque não se faz cumprir a lei, em defesa dos consumidores e da qualidade do azeite?

- E os consumidores, esses coitados, não têm direito a ser informados sobre azeite? Tem de se lhes explicar, uma vez por todas, que o azeite não é só para temperar o bacalhau cozido e o peixe cozido, que é um ingrediente, inigualável, na gastronomia e que não tem igual, comparando-o com qualquer outro óleo, por aquilo que faz bem à saúde.

O azeite faz bem? Quer dar-nos algumas boas razões para consumir azeite, ou azeites?

A certa altura, começou-se a preconizar dietas sem gordura. Rapidamente se compreendeu que estratégias de alimentação com limitação de gorduras não era o caminho a seguir. As gorduras devem satisfazer cerca de 25 a 30 % das necessidades calóricas diárias de cada ser humano.

A Organização Mundial de Saúde refere como gor-

dura ideal, sob o ponto de vista de saúde, uma gordura com 25 % de ácidos gordos saturados, 50 % de monoinsaturados e 25% de polinsaturados. O azeite virgem extra tem uma composição em ácidos gordos que se aproxima da gordura ideal e, para além disso, contém teores de ácidos gordos essenciais que se aproximam dos valores do leite materno.

A dieta mediterrânea, em que o azeite é um ingrediente fundamental, é considerada, por muitos, como uma das mais saudáveis. Esta conclusão deriva de vários estudos epidemiológicos, nomeadamente o Estudo dos Sete Países realizado na década de 50 do século XX, pelo Dr. Ancel Keys que concluiu haver uma menor incidência de doenças cardiovasculares nos países que praticam este tipo de dieta.

Uma alimentação com azeite virgem extra, um óleo maioritariamente monoinsaturado, com teores elevados de antioxidantes, nomeadamente polifenóis, como oleocanthal, oleaceína, oleuropeína e vitaminas lipossolúveis, A, D, E e K, mostrou efeitos anticancerígenos (particularmente dos cânceros da mama, do cólon e do estômago), antidiabéticos (redução efectiva da hiperglicémia e da diabetes de tipo 2), antienvhecimento e neuroprotector, e ainda, diminuição da pressão arterial e do teor de colesterol total no sangue, aumento do bom colesterol (HDL) e benefícios globais de saúde cardio-metabólica e imunológica.

Para além disso, o azeite melhora o funcionamento do estômago e pâncreas, tem um efeito protector e tónico da epiderme, favorece as funções metabólicas do sistema endócrino, estimula o crescimento dos ossos e previne a osteoporose, por uma melhor absorção do cálcio.

Igualmente, por conter ibuprofeno natural, o azeite virgem extra tem poder antiinflamatório, inibindo o crescimento de enzimas que causam inflamação e, portanto, alivia a dor.

Pela grande diversidade de cheiros e sabores que os azeites podem apresentar e pelo modo como contribuem para melhorar alguns alimentos, nomeadamente verduras e hortaliças, favorecem o consumo desses produtos que sem eles resultariam menos apetecíveis.

Estudos recentes, levaram ao conhecimento do efeito benéfico do azeite virgem extra como preventivo da perda de memória e de que azeite virgem extra enriquecido com os compostos luteína e zeaxantina, presentes nos espinafres, poderão prevenir patologias oculares como a degeneração ocular.

No entanto, há que ter em atenção que o azeite é uma gordura, com elevado poder calórico, podendo contribuir para a obesidade, aconselhando-se um consumo máximo diário de uma a duas colheres de sopa.



Estudos recentes, levaram ao conhecimento do efeito benéfico do azeite virgem extra como preventivo da perda de memória.

HÁ UMA SOLUÇÃO QUE O AJUDA A CONTAR MAIS CARNEIRINHOS

zoetis

Entrevista com Helena Monteiro

Laboratório de Química da ACOS alarga capacidade com novas valências



O número de amostras analisadas no laboratório da ACOS tem aumentado todos os anos desde o início do seu funcionamento, em 2012, tendo atingido o seu máximo no ano passado, em que analisámos cerca de 34 mil amostras.

Trinta e quatro mil é o número, arredondado, de amostras de azeitona, azeite e bagaço de azeitona que o Laboratório de Química da ACOS analisou na campanha 2018/2019 da apanha da azeitona. E prepara-se para ultrapassar esta meta dado que está a reforçar, através da aquisição de novo equipamento, a oferta de análises possíveis ao azeite. Uma das novidades que assume particular relevância na área olivícola, é a capacidade do Laboratório da ACOS fazer todas as análises obrigatórias para a exportação de azeite para o Brasil. Em constituição está ainda um Painel de Provedores, uma análise, organolética, obrigatória na classificação do azeite. Estas são algumas das informações sobre as quais nos falou a responsável do Laboratório de Química da ACOS, Helena Monteiro, no início de mais uma campanha da apanha da azeitona.

Estamos em fase de arranque de mais uma campanha de apanha da azeitona, época em que tanto os produtores, como os lagares, começam a recorrer ao Laboratório de Química da ACOS. Como tem sido a evolução do número de clientes e do volume de amostras, desde a abertura do Laboratório?

O número de amostras analisadas no laboratório da ACOS tem aumentado todos os anos desde o início do seu funcionamento, em 2012, tendo atingido o seu máximo no ano passado, em que analisámos cerca de 34 mil amostras. O número de lagares que trabalha com o nosso laboratório também tem aumentado ano após ano. Contudo parece-me importante salientar que a ACOS teve a capacidade de disponibilizar um serviço inovador, que não se limita aos sócios da ACOS, uma vez que não havia nenhum laboratório em Portugal com esta capacidade, e que a grande maioria das amostras de azeitona eram encaminhadas para laboratórios espanhóis. Atualmente os vários intervenientes no sector da olivicultura têm à disposição um laboratório acreditado, de proximidade, onde fácil e rapidamente podem obter resultados analíticos de azeito-

na, azeite e bagaço de azeitona possibilitando assim tomadas de decisão mais fundamentadas.

No decorrer da campanha da azeitona aumenta muito o volume de entrega de amostras no Laboratório. Como é gerido este acréscimo de trabalho? Contratam mais pessoas? Aumentam o número de horas de trabalho?

Sim, para conseguirmos emitir os resultados num curto espaço de tempo, como é necessário em campanha, este acréscimo de trabalho tem que ser acompanhado por um aumento do número de pessoas e por um alargamento do período de funcionamento do laboratório. Na campanha 2018/2019 foi a primeira vez em que o laboratório funcionou 24 horas, de segunda-feira a sábado em turnos de 8 horas, porque consideramos que prolongar os horários dos colaboradores do laboratório não nos dá garantia da qualidade dos resultados emitidos.

É possível, de acordo com o que já é conhecido em termos de resultados laboratoriais, ter uma ideia da qualidade da azeitona e do azeite na campanha deste ano?

Neste momento, as amostras que estão a entrar no laboratório são de azeitonas colhidas nas árvores, para controlo do estado de maturação, e têm sido de muito boa qualidade. Contudo, é bom salientar que entre a azeitona e o azeite ocorre um longo processo que influencia muito a qualidade do produto final, como por exemplo o estado de maturação da azeitona no momento em que é colhida, o tempo que demora até ao seu processamento no lagar ou a forma como decorrem todas as operações no lagar até à obtenção do azeite. Assim, além da qualidade da azeitona há muitos fatores que podem influenciar, positiva ou negativamente, a qualidade do azeite produzido, mas como se sabe a região do Alentejo está atualmente “equipada” com lagares modernos e com muito boas condições que permitem a obtenção de azeite de muito boa qualidade.

O Laboratório de Química da ACOS disponibi-



za, este ano, um rol mais alargado de análises disponíveis. Quer falar-nos do que se trata?

A ACOS adquiriu um equipamento para o Laboratório de Química que lhe permite alargar a sua oferta analítica em azeite. Estas análises permitirão avaliar a qualidade e a pureza do azeite de acordo com o regulamento comunitário que define as características das várias categorias de azeite (virgem extra, virgem, refinado, lampante). Deste modo, no Laboratório da ACOS será possível determinar as características do azeite que vai sendo produzido e fazer análises que sejam obrigatórias para diferentes finalidades, como sejam concursos ou exportações. Neste momento estamos na fase de desenvolvimento de novos métodos, mas já conseguimos fazer em Beja a totalidade das análises que são obrigatórias nas exportações para o Brasil.

Uma das análises obrigatórias ao azeite é uma prova sensorial. A ACOS está em processo de criação de um Painel de Provadores de Azeite. Quer falar-nos deste processo?

Sim, de facto o resultado obtido da análise organolética é obrigatório na classificação do azeite e determina a categoria como será comercializado. A constituição de um painel de provadores de azeite é uma intenção da ACOS que tem vindo a tomar forma, tendo já havido um investimento principalmente em formação. O Manuel Vasco de Castro e Brito, vice-presidente da ACOS e provador experiente, é o responsável pela constituição deste painel, que será formado por funcionários da ACOS, funcionários da Escola Superior Agrária de Beja e alguns provadores que participam com regularidade no Concurso Internacional de Azeite Virgem Extra - Prémio CA OVIBEJA. Como a Escola Superior Agrária de Beja também tinha a intenção de constituir um painel de provadores de azeite existe atualmente uma colaboração com esta entidade, uma vez que não faria sentido a coexistência de dois painéis na mesma cidade. A Escola Superior Agrária de Beja já tem um painel de análise sensorial de queijo acreditado o que facilitará todo este processo. Esperamos em breve poder disponibilizar mais esta oferta analítica no nosso laboratório.

Quais as entidades ou os profissionais que podem beneficiar de análises ao azeite, à azeitona ou ao bagaço de azeitona?

O Laboratório de Química da ACOS recebe amostras de qualquer entidade ligada ao sector da olivicultura, sendo que os nossos principais clientes são olivicultores e lagares quer de cooperativas quer privados. Não é necessário ser sócio da ACOS para entregar amostras no nosso laboratório, mas existem condições especiais para sócios.



raças
autóctones



Portugal carece de um Sistema de Alerta Nacional sobre os Recursos Genéticos Animais



O Banco Português de Germoplasma Animal evidencia lacunas no seu funcionamento e na interação entre o Polo Central e os Polos de Duplicados.

A Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento do Plano Nacional para os Recursos Genéticos Animais (cnRGAn) reuniu no passado dia 16 de Outubro de 2019, na Estação Zootécnica Nacional - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (Fonte Boa). Estiveram presentes os representantes do INIAV (Nuno Carolino - Presidente da cnRGAn) e da DGAV (José Pedro Cannas Simões, em substituição de Alexandra Fernandes - Vice-Presidente da cnRGAn) e seis Vogais desta Comissão, representantes do setor: Rui Dantas (FERA/ACRC), Pedro Espadinha (FEPABO/ACBRA), António Vicente (ESAS-IPS/SPREGA), Samuel Pinto (APCRF), José Pedro Araújo (ESA-IPVC) e Claudino Matos (ACOS).

Segundo o comunicado final “a reunião permitiu uma análise detalhada do estado atual dos Recursos Genéticos Animais (RGAn) em Portugal e da situação das Prioridades Estratégicas a adotar no âmbito do

Plano Nacional para os Recursos Genéticos Animais, registando-se, uma vez mais, uma grande sintonia e complementaridade entre os vários Membros da cnRGAn, no que diz respeito a preocupações, prioridades e atividades a desenvolver neste sector.

Do resumo da análise das Prioridades Estratégicas a adotar no âmbito do Plano Nacional para os Recursos Genéticos Animais é de realçar o seguinte:

1. Portugal carece de um Sistema de Alerta Nacional sobre os RGAn;
2. Não existe uma política a longo prazo, sobre a Utilização, Desenvolvimento Sustentável e Conservação dos RGAn;
3. Dever-se-ia reunir esforços a nível nacional para se constituírem mais núcleos de conservação ex situ de raças em perigo de extinção;
4. O Banco Português de Germoplasma Animal evidencia lacunas no seu funcionamento e na interação entre o Polo Central e os Polos de Duplicados;
5. Continua a ser insuficiente a formação específica existente sobre os RGAn.
6. No âmbito das atividades das Entidades Gestoras dos Livros Genealógicos e dos Programas de Conservação e de Melhoramento Genético Animal, a adequação/tradução do Regulamento (UE) 2016/1012 do Parlamento Europeu e Conselho de 8 de junho de 2016 é claramente insuficiente, podendo conduzir a erros no delineamento de estratégias de Conservação ou Melhoramento relacionadas com os RGAn. A cnRGAn irá solicitar à DGAV informações sobre o documento sancionatório em preparação sobre este Regulamento e sobre o estatuto do secretário técnico.
 - É essencial que a cnRGAn tenha conhecimento do diagnóstico efetuado ao PDR2020, apoios 7.8.1 «Manutenção de Raças Autóctones em Risco» e 7.8.3 «Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais» do PDR2020 e a respetivas taxas de execução.
 - A cnRGAn pretende convidar para próxima reunião, um representante do GPP para informar sobre o diagnóstico do PDR2020 e as medidas a implementar no novo Programa sobre os RGAn.”



FORMAÇÃO MODULAR FINANCIADA



ACOS AGRICULTORES
DO SUL

PÚBLICO-ALVO _ ATIVOS DO SETOR AGRÍCOLA
HORÁRIO _ LABORAL E PÓS-LABORAL
LOCAL _ REGIÃO ALENTEJO

INSCRIÇÕES

TELF.
284310350 / 938059551

EMAIL
formacao@acos.pt

SITE
www.acos.pt

ENDEREÇO
**Rua Cidade de S. Paulo
(Apart. 296) 7801-904 Beja**

CURSOS

- **JOVENS AGRICULTORES**
 - **FORMAÇÃO BASE (AGRICULTURA SUSTENTÁVEL)** 50H
 - **FORMAÇÃO COMPLEMENTAR** 150H
- **MECANIZAÇÃO BÁSICA E CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AGRÍCOLAS** 250H
*CONFERE LICENÇA DE CONDUÇÃO
- **CONDUZIR E OPERAR COM O TRATOR EM SEGURANÇA** 50H
- **MOTOSSERRAS** 50H
- **APLICAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS** 50H
*CONFERE CARTÃO DE APLICADOR DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS
- **DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS** 25H
- **PROTEÇÃO DE RUMINANTES E EQUINOS EM TRANSPORTE DE CURTA DURAÇÃO** 25H
*CONFERE CAP DE TRANSPORTADOR
- **MODO DE PRODUÇÃO INTEGRADO** 50H
- **MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO** 50H
- **CULTURA DA AMENDOEIRA** 25H
- **CULTURA DO OLIVAL** 50H
- **TURISMO EM ESPAÇO RURAL** 25H



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

plataforma alentejo





PLATAFORMA Alentejo

Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável
do Alentejo, nas ligações Nacional e Internacional



Plataforma Alentejo

Juntos pelo Alentejo, por Portugal



Focalizou-se (...) a atenção nas acessibilidades de interesse nacional porque elas, constituindo a espinha dorsal das restantes, são determinantes para todo o Alentejo.

A constituição da Plataforma do Alentejo e a sua “Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável do Alentejo nas ligações Nacional e Internacional”, apresentadas ao País a 14 de Agosto de 2018, constituiu um relevante acontecimento que está longe de ser apreendido em toda a sua dimensão.

Envergando a “camisola” do Alentejo, Associações Empresariais, Centros de Saber, Movimentos Cívicos de Cidadania, Técnicos e Especialistas reconhecidos e mais de uma centena de Cidadãos de Reconhecido Mérito, uniram vontades e saberes e lançaram-se na sensibilização dos principais decisores políticos do País no sentido de ver acolhidas e consideradas no quadro da revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e da elaboração do Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030) soluções, em matéria de acessibilidades que, sendo estratégicas e servindo todo o Alentejo, são de comprovado interesse nacional.

São frequentes as observações sobre o conjunto de propostas constantes na “Estratégia Integrada...” e a ausência na mesma de dezenas de justas e legítimas aspirações de muitas outras acessibilidades de interesse regional ou local.

Seria fácil inventariar dezenas de propostas justas, necessárias e estruturantes à escala regional e local (linhas ferroviárias desativadas e encerradas, IC.s, EN, ER, etc.). Isso tornaria o inventário bem extenso e dificilmente não ficariam para trás algumas.

A opção pelas acessibilidades de interesse nacional foi deliberada e não fruto de desconhecimento de tudo aquilo de que carecemos para o nosso desenvolvimento. Focalizou-se deliberada e conscientemente a atenção nas acessibilidades de interesse nacional porque elas, constituindo a espinha dorsal das restantes, são determinantes para todo o Alentejo, designadamente as ferroviárias, e porque a sua concretização, arrastará para a necessidade de construção de todas as outras. Por outro lado, sendo de interesse nacional coloca os decisores políticos perante as suas efetivas responsabilidades dificultando o recurso aos velhos e passadistas argumentos de que não se justifica investir no Alentejo

porque a sua população está envelhecida e em decréscimo pelo que não se justificariam tais investimentos.

Dadas estas explicações passemos à atualidade...

Sem ter a pretensão de um balanço exaustivo e evitando a repetição do já divulgado optamos, aproveitando o espaço disponibilizado na Revista Ovelha, para dar nota de alguns aspectos inovadores que complementam e reforçam a “Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável do Alentejo...” designadamente presentes na **Exposição: É URGENTE DESENVOLVER A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE ACESSIBILIDADES**, de 5 de Agosto de 2019, e na “Afirmação” apresentada pelo Secretariado da Plataforma à Convenção do Alentejo, chamando a atenção para a necessidade da sua maior divulgação e para o indispensável apoio e participação de todos.

Da Intervenção de Abertura da Convenção do Alentejo

Extratos da Intervenção “Juntos pelo Alentejo, Por Portugal” - SIM! As acessibilidades são uma prioridade!, do Secretariado da Plataforma Alentejo, que abriu os trabalhos da Convenção do Alentejo - apresentada por Claudino Matos, Diretor Executivo da ACOS, do Secretariado da Plataforma Alentejo

“1. Saudação aos participantes na Convenção e agradecimentos.

(...) 2. O porquê e o que se pretende com a realização da Convenção do Alentejo

(...) A Convenção do Alentejo constitui um novo e importante passo no percurso iniciado, a 14 de Agosto de 2018, com a apresentação, aos principais órgãos de soberania e à opinião pública da Plataforma Alentejo e da sua “Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável do Alentejo nas ligações Nacional e Internacional” (...)

Um passo que (...) nos permite afirmar ser a Convenção do Alentejo um passo inovador e qualitativamente melhor em relação a iniciativas públicas anteriores sem que tal signifique menorizar a importân-

cia que estas tiveram no já longo caminho percorrido.

Um passo que o Secretariado da Plataforma do Alentejo considerou necessário e indispensável dar tendo presente o balanço que fez da atividade realizada, (...); os novos conhecimentos e reflexões resultantes das reuniões de trabalho entretanto realizadas com o novo Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, com a Senhora Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas e com representantes das Administrações da Infraestruturas de Portugal-IP e Comboios de Portugal; a aprovação pela Assembleia da República do novo PNPT e a remissão para o PROTA, em revisão, da consideração de algumas das nossas pretensões estratégicas em matéria de ordenamento do território; as importantes declarações do novo e recente Ministro das Obras Públicas, Dr. Pedro Nuno dos Santos, (...); as afirmações do Governo sobre a prioridade do investimento na modernização e eletrificação da ferrovia e a necessidade de recuperação do sector ferroviário, de modo a recuperar do desinvestimento dos últimos 30 anos neste sector e que leva Portugal a figurar entre os Países mais atrasados da Europa nesta área estratégica para o transporte de mercadorias e passageiros; o recente acesso ao Estudo Técnico da REFER, de Maio de 2015, sobre a importância estratégica da Linha do Alentejo, o qual veio confirmar e reforçar o que os técnicos que têm apoiado a Plataforma do Alentejo têm vindo a defender e a justificar desde o início, (...); factos que levaram à nossa **“Exposição: É URGENTE DESENVOLVER A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE ACESSIBILIDADES”, de 5 de Agosto de 2019, enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro e aos Partidos Políticos, (...)** onde constam alguns desenvolvimentos da “Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável do Alentejo...”

A recente decisão, (...) de se avançar com a 3ª fase do Terminal XXI e com a construção do novo Terminal Vasco da Gama, no Porto de Sines, veio tornar ainda mais pertinente a necessidade e importância da Convenção do Alentejo, pois, para que os objectivos traçados pelo Governo e pela APS possam ser alcançados até ao H2026, como se propõem e todos desejamos, é fundamental recuperar atrasos incompressíveis, sobretudo nas acessibilidades ferroviárias ao Porto de Sines, cuja inexistência já hoje estão a penalizar esta infraestrutura estratégica para para todo o Alentejo e, sobretudo, para o País.

Atrasos tanto mais incompressíveis quanto a IP, (...)dispondo do Estudo Técnico da REFER desde Maio de 2015, há mais de 4 anos e meio, tinha todas as condições para estar hoje a concluir algumas das obras para as quais nem candidaturas apresentou. Lamentamos, lamentamos profundamente a indisponibilidade da IP para estar hoje aqui connosco para podermos esclarecer



esta pertinente questão e tentar perceber porque se insistiu durante todos estes anos em não considerar a solução apontada pelo Estudo da REFER, e esclarecer como foi possível manter o mais absoluto silêncio sobre este estudo apesar das suas propostas corresponderem, no essencial, com as conclusões a que os técnicos que apoiam a Plataforma Alentejo chegaram, que constam na “Estratégia Integrada...” e no trabalho do Professor Manuel Tão entregue à IP e aos decisores políticos há mais de um ano. (...) Não podemos aceitar que se insista na criação de um ramal entre Casa Branca e Beja que não irá resolver nenhum dos graves estrangulamentos existentes ao nível do transporte de mercadorias e passageiros a sul do Tejo, salvo a melhoria do transporte de passageiros entre Beja e Lisboa, quando estes só serão possíveis de ultrapassar avançando no imediato, com as candidaturas para a eletrificação e modernização da linha do Alentejo, não apenas entre Casa Branca e Beja mas também entre Beja e a Funcheira porque só assim estes investimentos têm coerência e fazem sentido, porque só assim salvaguardam e correspondem ao interesse Nacional.

(...) propor afunilar tudo para o Poceirão através da Linha do Sul constitui, segundo os técnicos que apoiam a Plataforma Alentejo, um grave erro que exige retificação urgente e é algo que gostaríamos ver cabalmente esclarecido na Assembleia da República logo no início da próxima legislatura. (...) lembrando que a Petição da Plataforma Alentejo, entregue na Assembleia da República deve ser discutida na Comissão de Economia e em Plenário da Assembleia da República e que as Resoluções aprovadas na Assembleia da República em final de Legislatura deverão ser mais que decisões apenas para alimentar campanhas eleitorais.

(...)Não pode deixar de nos chocar ouvir um Senhor Ministro dizer que o Aeroporto de Beja não pode ser considerado para a resolução dos graves prob-



A IP (...) tinha todas as condições para estar hoje a concluir algumas das obras para as quais nem candidaturas apresentou.



Será o País assim tão rico que possamos deitar para o lixo um aeroporto com as características excepcionais que caracterizam o Aeroporto de Beja?

lemas que afectam o sistema aeroportuário nacional porque não tem acessibilidades quando esse mesmo Senhor Ministro deteve durante 4 anos a pasta das Obras Públicas e nada fez para resolver o problema. Onde é que já se viu um aeroporto sem acessibilidades ferroviárias ou rodoviárias para o servir? Somaram-se assim mais 4 anos aos quatro anos perdidos com o governo anterior, correndo-se hoje o risco de, a não serem tomadas medidas urgentes, vermos o Alentejo sair de território de objectivo 1 e perdermos a oportunidade de beneficiar de financiamentos comunitários a fundo perdido no valor de 85% a exemplo do que têm beneficiado os nossos vizinhos da Estremadura espanhola.

(...)Será o País assim tão rico que possamos deitar para o lixo um aeroporto com as características excepcionais que caracterizam o Aeroporto de Beja? Poderia referir igualmente os enormes prejuízos para os empresários que resultam da inexistência de acessibilidades, sobretudo ferroviárias para fazer chegar aos mercados os seus produtos ou invocar o potencial de Alqueva, onde estão investidos milhares de milhões de euros e cujo potencial agro-industrial está por aproveitar porque carece dessas mesmas acessibilidades para desespero dos empresários que já estão instalados como para os que gostariam de investir no Alentejo mas se afastam porque carecem das indispensáveis acessibilidades. (...)

3. O contexto em que tem lugar a Convenção

(...) O Secretariado da Plataforma Alentejo tinha consciência que o momento da marcação desta Convenção do Alentejo iria confrontar-se com inúmeros contratempos. Desde logo porque convocada em pleno período de justas e merecidas férias e depois porque a data para a sua realização, devendo anteceder as eleições para a Assembleia da República (...) muito dificilmente iria merecer a atenção que todos ambi-

cionávamos, (...)

No âmbito da preparação da Convenção do Alentejo solicitamos a 5 de Agosto reuniões com carácter de urgência ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro e às Direções Nacionais dos Partidos Políticos com representação na Assembleia da República.

Recebemos respostas no Secretariado da Plataforma do Partido Ecologista os Verdes, do Partido Comunista Português, do Bloco de Esquerda, do Centro Democrático Social CDS-PP, do Partido Pessoas Animais e Natureza, e do Partido Social Democrata não se tendo realizado reuniões com o Bloco de Esquerda que manifestou o seu apoio às propostas da Plataforma mas não considerou a necessidade da reunião solicitada nem com o PSD que manifestou a sua disponibilidade mas que não conseguiu conciliar uma data antes da Convenção. Não se obteve qualquer resposta do Partido Socialista.

A Direção Nacional do Partido Socialista foi aliás a única que não se fez representar nesta Convenção apesar das repetidas insistências nesse sentido. Estão no entanto presentes na Convenção dirigentes nacionais, regionais e de concelhias do Partido Socialista.

(...)Os Partidos têm um papel insubstituível na sociedade portuguesa. A Plataforma Alentejo tem mantido desde a sua formação a preocupação de procurar relacionar-se, por igual, com todos os partidos que representam os portugueses nas instituições. Assim continuaremos a fazer no futuro.

4. Um balanço positivo mas insuficiente. Uma falha que gostaríamos de ver colmatada

(...) O balanço que fazemos no Secretariado da Plataforma Alentejo ao trabalho desenvolvido no quadro da Plataforma Alentejo desde a sua criação e apresentação pública é bastante positivo. A elaboração da “Estratégia Integrada...” e a mobilização do amplo leque de primeiros subscritores; a Petição Pública e a recolha das mais de 6000 mil assinaturas já entregues na Assembleia da República, cujo processo continua; iniciativas públicas – 2 em Beja, 1 em Sines, 1 em Évora, 2 em Lisboa; a presença na Oiveja através de uma exposição e que foi vista por milhares de visitantes; reuniões de trabalho com representantes do Governo, de Comissões Permanentes e com todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República; com as Direções Nacionais dos Partidos com representação na Assembleia da República, excepto o Partido Socialista; com a Direção da CCDR_A, com o Conselho Regional da CCDR_A, com os Conselhos de Administração da CP da IP e da APS, (...); com a Senhora Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas; elaboramos e divulgámos profusamente a Exposição “É URGENTE DESENVOLVER A ESTRATÉGIAINTEGRADA DE ACESSIBILIDADES”; elaboramos e difundimos notas de imprensa que

mereceram particular atenção por parte da comunicação regional e de um ou outro órgão nacional; fizemos chegar com regularidades às instituições e associações da região toda a documentação produzida.

Satisfeitos? De consciência tranquila sim, satisfeitos NÃO, pois, apesar de alguns passos positivos verificados na sequência do diálogo positivo e construtivo que norteia a intervenção da Plataforma Alentejo, sobretudo ao nível das instituições nacionais, há situações no plano regional que classificamos como muito indesejáveis, que muito gostaríamos de ver ultrapassadas e que, um ano depois, ainda perduram. Uma delas, a que mais nos preocupa, é a inexplicável ausência de participação e empenho das CIM.s e de um modo geral dos municípios que as constituem, na intervenção e participação no seio da Plataforma Alentejo, apesar da repetida insistência junto dos mesmos. Desde 14.8.2018 que procuramos reunir e trazer ao Secretariado da Plataforma do Alentejo, representantes das CIM.s., objectivo que iremos prosseguir, mas que até hoje não conseguimos alcançar.

Procuramos a realização conjunta com os municípios de iniciativas públicas abertas à população com o objectivo de promover a discussão e podermos explicar a importância das acessibilidades para o desenvolvimento de todo o Alentejo (Baixo e Alto, Central e Litoral) e a verdadeira dimensão e significado das propostas contidas na “Estratégia Integrada...”. Dos 47 municípios do Alentejo só o Município de Cuba respondeu positivamente ao nosso apelo, o que, convenhamos é um muito pobre resultado.

Solicitámos a todos os municípios que agendassem a discussão e deliberassem a adesão à Plataforma Alentejo mas, até à presente data, apenas 17 dos 47 Executivos Municipais do Alentejo o fizeram, sendo essas adesões, aprovadas sem votos contra e, com exceção de duas, aprovadas por unanimidade. Castelo de Vide, Marvão, Avis e Monforte – do Alto Alentejo; Arraiolos, Vendas Novas, Montemor o Novo, Évora, Redondo e Vila Viçosa – do Alentejo Central; Alentejo e Alcácer do Sal do Alentejo Litoral, foram os 17 Municípios que fizeram chegar ao Secretariado da Plataforma a acta das deliberações. A estes Executivos Municipais poderemos juntar a Assembleia Municipal de Castro Verde que aprovou por maioria e sem votos contra a sua adesão.

(...) Esperemos que após as eleições de Outubro esta realidade se altere pois, se já não somos muitos, é fundamental que saibamos unir-nos, vencer preconceitos e falsos regionalismos e fazer convergir esforços e vontades em torno daquilo que é essencial para o desenvolvimento de todo o Alentejo. Temos que saber



discutir em conjunto, definir com clareza o que queremos, o que precisamos para o atingir e planificar o que fazer para atingir os objectivos.

Com os Sindicatos a situação não é muito diferente.

A grave situação que o Alentejo enfrenta não se compadece com este tipo de situações.

Conseguimos alcançar o apoio de todos os Deputados eleitos pelos 3 círculos eleitorais do Alentejo no apoio à Plataforma Alentejo e à sua “Estratégia Integrada...”

Hoje estamos aqui JUNTOS, PELO ALENTEJO, POR PORTUGAL. A afirmar SIM! AS ACESSIBILIDADES SÃO UMA PRIORIDADE! Que o nosso exemplo frutifique. A Democracia assim o exige.

VIVA O ALENTEJO. VIVA PORTUGAL.”

Da Exposição de 5 de Agosto

A Convenção do Alentejo teve como documento base para reflexão a “Exposição: É URGENTE DESENVOLVER A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE ACESSIBILIDADES”, de 5 de Agosto de 2019, enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro e aos Partidos Políticos, a Convenção do Alentejo, de que se seguem extratos fundamentais

“(...)É URGENTE DESENVOLVER A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE ACESSIBILIDADES!”

“SÃO POSSÍVEIS E URGENTES DECISÕES E MEDIDAS CONCRETAS QUE SERVIRÃO MELHOR O INTERESSE NACIONAL E CONTRIBUIRÃO PARA UMA MAIOR COESÃO E DESENVOLVIMENTO DE TODO O ALENTEJO. “

(...) “No Alentejo, as condições demográficas de meio milhão de Portugues@s devem constituir forte



É fundamental que saibamos unir-nos, vencer preconceitos e falsos regionalismos e fazer convergir esforços e vontades em torno daquilo que é essencial para o desenvolvimento de todo o Alentejo.



“O Alentejo pode ser uma “Região Modelo” do Século XXI (...) em que o sistema ferroviário modernizado e eletrificado seja assumido como um pilar determinante para a circulação de mercadorias e passageiros e em que a participação democrática na sua elaboração seja efetiva.”

motivo de preocupação devido ao acelerado processo de envelhecimento e pelo acentuar das ameaças de degradação ambiental devido aos impactos das alterações climáticas. A perda de população e o envelhecimento não são o caminho duma região que se confronta com o processo de desertificação, cuja resposta estratégica e operacional passa por um plano de sustentabilidade industrial, agrícola e de ecologia urbana. “

(...) “De facto, um território tão apetrechado de infraestruturas e equipamentos de transporte – Porto de Sines, Aeroporto de Beja e Rede Ferroviária, para além da maior barragem da União Europeia – Alqueva –, o desenvolvimento sustentável pretendido é pretérito à lógica das concorrências, ignorando ou atrasando incomprensivelmente a implementação de medidas capazes de potenciar infraestruturas estratégicas já existentes, tão importantes para o País, as quais mereceriam outra participação democrática e efetiva, designadamente, considerando as propostas dos órgãos e eleitos locais, dos centros de saber existentes na Região, do tecido empresarial e das forças sociais e culturais existentes no Alentejo. A Democracia não pode falhar pelo que se exige que o Alentejo não continue a perder coesão social e territorial com o resto do país. “

(...) “O modelo assente exclusivamente na “competitividade” territorial actual não gera coesão social, territorial, ambiental e energético e é fator de enfraquecimento, de disputas estereis e quebra de solidariedade. Persistir no mesmo rumo só pode resultar em mais desastre.”

(...) “O Alentejo pode ser uma “Região Modelo” do Século XXI se o modelo de Ordenamento e de Planeamento do seu território assentar num novo paradigma de preservação e valorização do seu precioso património ambiental, em que o sistema ferroviário modernizado e

eletrificado seja assumido como um pilar determinante para a circulação de mercadorias e passageiros e em que a participação democrática na sua elaboração seja efetiva.”

(...) “A Plataforma Alentejo tem consciência das dificuldades financeiras do País e compreende que nem tudo poderá ser feito no imediato. Mas, o alargamento do prazo do H2020 para H2023 e o PNI2030 permitem planear e executar uma estratégia de acessibilidade sustentável.

É preciso definir objetivos e prioridades, planear e calendarizar, avançar no imediato com os estudos e os projectos de execução e apresentar candidaturas tendo presente que o Alentejo ainda é território de “objetivo 1”, logo passível de obter financiamentos da União Europeia a fundo perdido superiores a 85%. Esta condição pode alterar-se de um momento para o outro (ter presente que o

crescimento económico do Alentejo é uma realidade e não esquecer que os milhares de imigrantes que produzem riqueza não constam como população para o rácio PIB/habitante) o que representaria um enorme prejuízo para Portugal.”

(In “Exposição: É URGENTE DESENVOLVER A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE ACESSIBILIDADES! SIM! AS ACESSIBILIDADES SÃO UMA PRIORIDADE!”)

Em jeito de conclusão

Com a realização da Convenção do Alentejo encerrou-se a primeira fase da intervenção da Plataforma Alentejo, não se encerrou a sua atividade em defesa da “Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável do Alentejo nas ligações Nacional e Internacional” cuja validade e atualidade é inegável.

Impõe-se, por isso, não desistir, pois, nada está decidido em definitivo.

O Plano Nacional de Investimentos -PNI2030 não está fechado, está em análise no Conselho Superior das Obras Públicas. O PROT_Alentejo está em revisão e nele podem e devem ser equacionadas as propostas fundamentais que a Plataforma Alentejo tem vindo a apresentar.

A Plataforma Alentejo tem a sua Petição Pública que aguarda agendamento na Comissão de Economia e o seu debate em Plenário da Assembleia da República, instalada recentemente.

É fundamental que, com base nos novos conhecimentos e documentação produzida pela Plataforma Alentejo, se prossiga tenazmente, com redobrada confiança, o trabalho positivo e construtivo de sensibilização dos decisores políticos no sentido de atenderem às nossas justas e fundamentais propostas.

Afirmação da Convenção do Alentejo

O Secretariado da Plataforma Alentejo aprovou e apresentou à Convenção do Alentejo, realizada a 12 de Setembro em Évora, a Afirmação que se segue:

**“Juntos pelo Alentejo, por Portugal afirmamos:
Sim! As acessibilidades são uma prioridade”**

- Recuperar atrasos e lançar ainda no H2020 os concursos dos estudos e projectos de execução indispensáveis à apresentação de candidaturas aos Fundos de Coesão.
- Aproveitar a condição do “Alentejo Objectivo 1” para obter o máximo de financiamento dos fundos de coesão e recorrer a outros fundos comunitários favoráveis ao investimento de forma a aliviar o esforço do Orçamento do Estado.
- Promover com carácter de urgência “Convenções Técnicas” com a participação de representantes das instituições (Governo, CCDRA, CIM.s CSOP...) representantes do sector empresarial e operadores públicos e privados (Porto de Sines, Aeroporto Beja, IP, CP...) Centros de Saber (Universidade de Évora, Institutos Politécnicos de Beja e Portalegre, Técnicos e Especialistas Convidados...) Organizações, Movimentos e Associações (Sindicatos, movimentos de opinião, comissões de utentes...) que permitam encontrar e priorizar as melhores soluções para o Alentejo
- Planear estrategicamente no PROT_Alentejo a curto, médio e longo prazo (H2020, H2030, H2040...)
- Rede Ferroviária no Alentejo prioridade e pilar de um novo modelo de planeamento e ordenamento do território, essencial para reforço das ligações Norte-Sul e Portugal-Espanha. Electrificar e modernizar Linhas do Alentejo, do Leste, Ramal de Cáceres
- Rede Rodoviária do Alentejo complementar à ferrovia e de acordo com as prioridades a considerar pelas Convenções Técnicas e avalizadas pelo Conselho Regional da CCDRA...
- Porto de Sines prioridade às acessibilidades terrestres, sobretudo as ferroviárias (pelo Poceirão e pela Funcheira) tendo presente o H2026.
- Aeroporto Internacional de Beja/Alentejo, requalificar como Aeroporto Internacional, construir as acessibilidades (ferroviárias e rodoviárias), inserir no sistema aeroportuário nacional com todas as suas valências, promover as necessárias ampliações e desenvolver as indispensáveis ações de promoção.
- Alqueva garantir as acessibilidades, sobretudo ferroviárias. Construir a Barragem do Pisão sem mais atrasos.
- Recursos mineiros e rochas ornamentais garantir o transporte ferroviário.
- Turismo do Alentejo potenciar e consolidar o seu crescimento com mais, melhores e mais diretas acessibilidades, ferroviárias, aéreas e rodoviárias.
- Energias Renováveis potenciar a sua produção e utilização e dispensar energias fósseis
- Salvar o ambiente, contribuir para a descarbonização, preparar o território para fazer face às alterações climáticas.
- Mais participação, mais cidadania, mais e melhor Democracia

**Portugal precisa do Alentejo desenvolvido!
Portugal pode contar connosco!**

FORMAÇÃO MODULAR



ACOS AGRICULTORES DO SUL

PÚBLICO-ALVO _ ATIVOS DO SETOR AGRÍCOLA

HORÁRIO _ LABORAL E PÓS-LABORAL

LOCAL _ REGIÃO ALENTEJO

INSCRIÇÕES

TELF.
284310350 / 938059551

EMAIL
formacao@acos.pt

SITE
www.acos.pt

ENDEREÇO
**Rua Cidade de S. Paulo
[Apart. 296] 7801-904 Beja**

CURSOS

- **JOVENS AGRICULTORES**
 - **FORMAÇÃO BASE (AGRICULTURA SUSTENTÁVEL)** 50H
 - **FORMAÇÃO COMPLEMENTAR** 150H
- **MECANIZAÇÃO BÁSICA E CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AGRÍCOLAS** 250H
*CONFERE LICENÇA DE CONDUÇÃO
- **CONDUZIR E OPERAR COM O TRATOR EM SEGURANÇA** 50H
- **MOTOSSERRAS** 50H
- **APLICAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS** 50H
*CONFERE CARTÃO DE APLICADOR DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS
- **DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS** 25H
- **PROTEÇÃO DE RUMINANTES E EQUINOS EM TRANSPORTE DE CURTA DURAÇÃO** 25H
*CONFERE CAP DE TRANSPORTADOR
- **MODO DE PRODUÇÃO INTEGRADO** 50H
- **MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO** 50H
- **CULTURA DA AMENDOEIRA** 25H
- **CULTURA DO OLIVAL** 50H
- **TURISMO EM ESPAÇO RURAL** 25H

CURSOS EFA

EDUCAÇÃO
E FORMAÇÃO
DE ADULTOS



ACOS AGRICULTORES
DO SUL

TÉCNICO/A VITIVINÍCOLA

2045H

TÉCNICO/A DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

2045H

INSCRIÇÕES

TELF.
284310350 / 938059551

EMAIL
formacao@acos.pt

SITE
www.acos.pt

ENDEREÇO
Rua Cidade de S. Paulo
(Apart. 296) 7801-904 Beja

Conferem:

- 12ºano
- Carta de tratorista
- Cartão de APF

Apoios à formação:

- Bolsa de formação
- Subsídio de alimentação
- Deslocações e acolhimento
(se aplicável)



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

29 DE ABRIL A 3 DE MAIO 2020



37ª OVI BEJA

TODO
O ALENTEJO
DESTE MUNDO



AGRICULTURA CONSCIÊNCIA

WWW.OVIBEJA.PT | TELF. 284 310 350 | EMAIL OVIBEJA@ACOS.PT